



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Maria Inês dos Santos Silva
Ramalhete Gomes

2º Ciclo de Estudos em

Tradução e Serviços Linguísticos
Tradução Especializada - Via Profissionalizante

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

2012

Orientadora: Professora Doutora Belinda Maia

Coorientadora: Teresa Soares

“Traduzir é conviver.”

Guimarães Rosa

"Perhaps...the translator's work is more subtle, more civilized than that of the writer: the translator clearly comes after the writer. Translation is a more advanced stage of civilization."

Jorge Luís Borges

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à Prof. Dr.^a Belinda Maia pelo apoio e orientação que me deu sempre ao longo do mestrado e na realização deste relatório. Agradeço também a todos os professores do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos, coordenado pela Prof. Dr.^a Belinda Maia, que contribuíram tanto para a minha formação profissional e pessoal e que me fizeram desenvolver um gosto genuíno pela tradução.

À minha avó agradeço por todo o apoio e carinho que sempre me deu e por tudo o que fez para que eu pudesse seguir o sonho e o desejo de fazer este mestrado.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão, por acreditarem sempre em mim ao longo de todos estes anos de trabalho e por me terem dado força e apoio nesta fase final. Estou-lhes eternamente grata por tudo o que fizeram e sacrificaram para que eu pudesse seguir todos os meus sonhos.

Ao João agradeço por sempre ter acreditado em mim e por ter estado ao meu lado durante estes dois anos. Aprendi contigo que tudo é possível quando acreditamos que conseguimos.

Agradeço ainda aos meus colegas de mestrado, principalmente à Paula e à Teresa por todo o apoio e por todos os momentos de boa disposição partilhados ao longo destes dois anos.

Finalmente, deixo também uma palavra de agradecimento à unidade portuguesa da DGT que me acolheu da melhor forma possível; aos tradutores que partilharam comigo a sua experiência e conhecimento e que me ensinaram tanto sobre a tradução e aos restantes colegas que proporcionaram bons momentos e que fizeram desta experiência a melhor possível.

Resumo

O presente relatório constitui uma reflexão do estágio curricular realizado na Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia, sediada em Bruxelas. O referido estágio teve como objetivo adquirir experiência prática de tradução, de forma a aplicar os conhecimentos adquiridos durante o mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Abstract

This report presents an appraisal of the academic traineeship held in the European Commission's DGT, based in Brussels. The aim of the traineeship was to provide on-the-job experience in Translation in order to put into practice theoretical knowledge acquired during the Master's degree in Translation and Language Services at the Faculty of Letters, University of Oporto.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	iv
0. Introdução	3
1. Descrição do Estágio na DGT	4
1.1. Estágio na DGT da Comissão Europeia	5
1.1.1. A unidade PT.02 da DGT	5
1.2. Formação recebida durante o estágio.....	5
1.2.1. <i>Workshop</i> sobre o Translator’s Workbench.....	6
1.2.2. Introdução ao IATE	6
1.2.3. Introdução ao Eur-Lex	6
1.2.4. Seminários sobre tradução assistida por computador e ferramentas de acesso público	7
1.2.5. Visita ao Parlamento e ao Comité Económico e Social	8
1.3. O fluxo de trabalho – apresentação e funcionamento do Tradesk.....	9
1.3.1. Ferramentas e recursos de apoio à tradução.....	11
1.4. A norma EN15038:2006 - processo de tradução de um documento.....	12
1.4.1. A norma EN15038:2006 e o serviço de tradução da unidade PT.02	13
1.4.2. O AO90 na DGT – memórias de tradução.....	15
1.4.3. Problemas técnicos do trabalho como estagiária	16
2. Análise do trabalho realizado durante o estágio.....	18
2.1. Descrição do trabalho realizado	19
2.1.2. O <i>Eurospeak</i>	20
2.2. Tipologia dos documentos traduzidos.....	23
2.3. Como abordar as questões de tradução	24
2.3.1. Gestão do risco	24
2.4.2. Funções dos textos traduzidos	25
2.5. Análise de algumas traduções realizadas no âmbito do estágio.....	27
2.4.1. QE 2012-2383	27
2.5.2. PP 2012-348.....	28
2.5.3. ENV 2012-204	30

2.5.4.	MARE 2012-189	34
2.5.5.	ECFIN 2012-80050	37
2.5.6.	CLIMA 2012 - 214.....	40
3.	Conclusão.....	44
4.	Bibliografia.....	46
5.	Referências digitais e <i>online</i>	47
6.	Anexos	48
	Anexo I: Lista de traduções realizadas.....	49
	Anexo II: Relatório da coorientadora de estágio.....	51
	Anexo III: CLIMA 2012-214	52
	Anexo IV: ECFIN 2012-80050	58
	Anexo V: MARE 2012-189.....	70

0. Introdução

O presente relatório de estágio, elaborado no âmbito do mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, constitui uma descrição e reflexão sobre o estágio curricular realizado na Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia (DGT) e que decorreu em Bruxelas, entre março e julho de 2012.

A escolha deste local de estágio baseou-se no facto de as instituições europeias terem uma forte tradição multilingue e cultural pelo que podem oferecer aos tradutores em início de carreira a possibilidade de estes desenvolverem competências profissionais num ambiente estimulante e exigente ao mesmo tempo que põem em prática os conhecimentos e aptidões desenvolvidas ao longo da sua formação.

Este relatório é constituído essencialmente por duas partes: na primeira é apresentada a unidade de tradução onde foi realizado o estágio, sendo descrito o funcionamento da mesma em termos de fluxo e organização de trabalho, da formação recebida e dos aspetos técnicos que caracterizam o trabalho de tradução. Na segunda faz-se uma reflexão da componente mais prática do estágio, com base nos conhecimentos teóricos adquiridos no mestrado: descrição das tarefas desempenhadas, caracterização das principais tipologias textuais trabalhadas, exposição de problemas encontrados no processo de tradução e respetivas soluções.

1. Descrição do Estágio na DGT

1.1. Estágio na DGT da Comissão Europeia

1.1.1. A unidade PT.02 da DGT

Os cinco meses de estágio tiveram lugar na unidade PT.02 da DGT. A equipa de tradutores que constituem esta unidade conta com profissionais portugueses com um historial multicultural e multilingue e acolheu-me da melhor forma possível fazendo-me sempre sentir apoiada e em constante aprendizagem profissional e pessoal.

Todos os membros são coordenados pelo Chefe da Unidade, João Coelho, que não sendo apenas responsável pela administração da equipa, assegura também a distribuição de tarefas e trabalhos e a comunicação com outras unidades. Além disso toma todas as decisões relativamente aos estagiários da sua unidade. Além da sua orientação, contei também com o apoio de uma tradutora experiente, Teresa Soares, que foi a minha orientadora de estágio dentro da DGT e que, além de me ensinar o funcionamento da unidade e do trabalho, me apoiou sempre em todos os problemas ou dúvidas que foram surgindo ao longo do meu estágio.

Os tradutores que integram a equipa da unidade PT.02 têm como atividade principal a tradução, no entanto, as suas tarefas passam também por fazer revisão das traduções dos outros colegas. Além disso, alguns têm ainda funções de terminólogos sendo que há especialistas nas mais variadas áreas (*e.g.* profissional focado no domínio da engenharia ou da agricultura).

A equipa de tradução conta ainda com o apoio de uma perita de documentação, Susana Gonçalves, que esclarece qualquer dúvida relativa a pesquisa documental ou referências externas contidas nos textos de partida.

1.2. Formação recebida durante o estágio

Os estagiários da DGT têm o privilégio, que outros estagiários não têm, de terem formação intensiva e direcionada para o tipo de trabalho que irão realizar ao longo do estágio. A DGT dá muita importância a esta formação e não descuida nenhum pormenor da mesma.

O *Traineeship Office* e as suas coordenadoras, Sílvia Varela e Verónica Vervaeet, organizam, para cada fase do estágio, uma série de seminários, reuniões, projetos e visitas de estudo para todos os estagiários da DGT. Estas atividades foram cruciais para os estagiários entrarem em contacto com o modo de trabalho da DGT, dos

restantes serviços da CE e das outras instituições europeias. De entre estas atividades destacam-se as seguintes:

1.2.1. *Workshop* sobre o *Translator's Workbench*

Contrariamente ao que seria de esperar, os estágios de tradução na CE não se destinam apenas a tradutores e muito menos a tradutores com experiência em tradução e em *CAT-tools*. Na verdade, grande parte dos colegas estagiários eram formados noutras áreas e não estavam, de todo, familiarizados com os conceitos de memória de tradução ou de *CAT-tools*. Para garantir que todos os estagiários têm uma base relativamente sólida de conhecimentos antes de iniciarem o seu estágio como tradutores nas suas unidades, estes recebem uma formação sobre esta ferramenta através de aulas presenciais e práticas assistidas pelos formadores. Esta formação foi essencial já que, durante o mestrado na Faculdade de Letras, não pratiquei o suficiente para poder exercer o trabalho durante o estágio com a destreza e a prática necessárias. O facto de treinar diariamente e, inicialmente, com apoio constante fez com que sentisse muito mais confiança e com que o trabalho fosse realizado de forma mais competente.

1.2.2. Introdução ao IATE

Nesta formação foi-nos explicado o funcionamento desta conhecida base de dados com demonstrações de todas as funcionalidades que não são de acesso público (*e.g.* introdução de comentários, consulta de referências, métodos de pesquisa, definições, etc.).

1.2.3. Introdução ao Eur-Lex

Embora já tivesse acedido a esta base de dados anteriormente e de esta ser de acesso público, a terminóloga da unidade PT.02, Susana Gonçalves, deu uma formação acerca da utilização da mesma em que demonstrou todos os métodos de pesquisa que podem ser utilizados na busca de um documento no Eur-Lex e que se revelou extremamente útil no trabalho desenvolvido ao longo do estágio.

1.2.4. Seminários sobre tradução assistida por computador e ferramentas de acesso público

Para além de todas as formações que nos deram no início do estágio, os estagiários, tal como todos os funcionários da CE, tiveram também oportunidade de participar em inúmeras conferências e cursos organizados pelos vários departamentos da DGT.

Como já foi mencionado anteriormente, o departamento de português é pioneiro na introdução da tradução assistida por computador na DGT. Assim, tive oportunidade de assistir a dois seminários sobre este tema levados a cabo pela tradutora permanente Maria José Machado, a grande impulsionadora da tradução assistida por computador na unidade. Estes seminários foram de extremo interesse e utilidade já que demonstraram a forma como o trabalho dos tradutores pode ser facilitado e tornado mais rápido caso haja a possibilidade de se utilizar a tradução assistida que, embora não seja totalmente fidedel, pode ser de grande ajuda para os tradutores. Esta é uma questão de grande relevância para o departamento de língua portuguesa da DGT como afirmam Maria José Machado e Hilário Fontes no seu artigo “Avaliação do sistema de tradução automática Moses no Departamento de Língua Portuguesa da DGT utilizando os *scripts Moses for Mere Mortals* – estudo de caso inglês-português”¹:

A política de multilinguismo da UE produziu durante 50 anos um vasto corpo de textos multilingues de elevada qualidade e a Comissão Europeia tem investido em tradução automática e sido utilizadora durante os últimos 35 anos. A TA como uma ferramenta de tradução assistida por computador (TAC) pode contribuir significativamente para a Comissão cumprir a sua missão de tratar equitativamente todas as línguas na sua comunicação bidirecional com os cidadãos europeus e as empresas. A base Euramis é o sistema de memórias de tradução no qual são armazenados os alinhamentos dos textos traduzidos pelas instituições da UE. Estes corpora, com milhões de segmentos por língua, podem assim ser facilmente utilizados para treinar pares linguísticos com sistemas de tradução automática estatística.

A tradução assistida por computador está a ser usada em pleno pelos tradutores do departamento de português, no entanto, para um tradutor menos experiente nas áreas

¹ Disponível em: http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf (última consulta 28/08/2012)

tratadas dentro da CE, isto pode ser um problema mais do que uma ajuda. Não só a tradução assistida permite que o tradutor faça menos pesquisa por confiar nas propostas apresentadas, mas também pode induzir o tradutor em erro sem que este se aperceba.

Na verdade, as propostas apresentadas pela tradução assistida são baseadas em estatísticas, isto significa que, muitas vezes, as propostas não se referem necessariamente ao tema a ser traduzido. O tradutor, se não estiver totalmente familiarizado com a terminologia do texto que está a traduzir, pode facilmente assumir um erro e deixar passar erros facilmente detetáveis por um recetor que tenha um conhecimento alargado da mesma. Neste sentido, penso que a tradução assistida pode fazer com que o tradutor demore mais tempo a terminar a sua tradução porque tem de verificar tudo mais vezes. Por vezes, vendo-se obrigado a pesquisar algo que, noutras circunstâncias, não pesquisaria.

Nos outros departamentos, a tradução assistida ainda não está totalmente implementada. Alguns não têm qualquer acesso e têm de traduzir todos os textos de raiz o que, embora possa demorar mais tempo, pode não ser um aspeto totalmente negativo. Por outro lado, quando se trata de artigos ou leis ou de termos ou expressões que sejam estandardizados, a tradução assistida é muito útil porque permite ao tradutor poupar bastante tempo na escrita dos mesmos.

O departamento PT da DGT, liderado pela mesma tradutora, Maria José Machado, levou a cabo ainda um outro seminário sobre ferramentas de tradução de acesso público. Uma vez que o TWB tem um custo bastante elevado e teve de sofrer várias alterações para ser instalado na DGT como principal ferramenta de trabalho, alguns elementos da DGT estão a estudar outras possibilidades de trabalho. Assim, a proposta destes profissionais é que se proceda à instalação da ferramenta OmegaT. Neste sentido, já está a ser feito um estudo acerca desta ferramenta e alguns tradutores já estão a utilizá-la como alternativa ao TWB.

1.2.5. Visita ao Parlamento e ao Comité Económico e Social

Os estagiários da DGT foram, além disso, convidados para visitar o Parlamento e o Comité Europeu, Económico e Social nos quais tiveram direito a uma apresentação

acerca dos seus serviços de tradução e interpretação e o funcionamento interno dos mesmos.

Na visita ao Parlamento, em Bruxelas, os estagiários tiveram uma conferência sobre interpretação e foram convidados a entrar nas cabines e a experimentar interpretar vários discursos em diferentes línguas. Esta experiência foi muito gratificante já que muitos estagiários, como eu, nunca tinham tido aulas de interpretação nem experimentado a sensação de estar dentro de uma cabine de interpretação.

No Comité Económico e Social, foi feita uma apresentação acerca do serviço de tradução dos Comités e do tipo de trabalho que aí se faz.

1.3. O fluxo de trabalho – apresentação e funcionamento do Tradesk

O Tradesk (Translator's Desktop) é uma aplicação de *workflow* que nos permite organizar o processo de tradução. Dá-nos informação sobre o fluxo de um documento desde que é atribuído ao tradutor até ao momento em que se conclui o processo de tradução e se dá saída ao documento. Para o tradutor, esta ferramenta é muito útil já que lhe permite ver claramente todos os trabalhos que lhe estão atribuídos (de tradução ou de revisão) listando-os de acordo com o prazo de entrega. É também no Tradesk que o tradutor tem acesso ao dossier correspondente a cada documento no qual pode ver para que línguas está a ser traduzido, quem está a fazer a tradução, quem redigiu o documento e ainda consultar os documentos de referência do mesmo, se os houver. Além disso, o Tradesk possui um fórum de discussão (Elise) onde o tradutor pode fazer perguntas ou pedir explicações diretamente ao emissor/autor do texto de partida ou aos outros tradutores de outras unidades linguísticas.

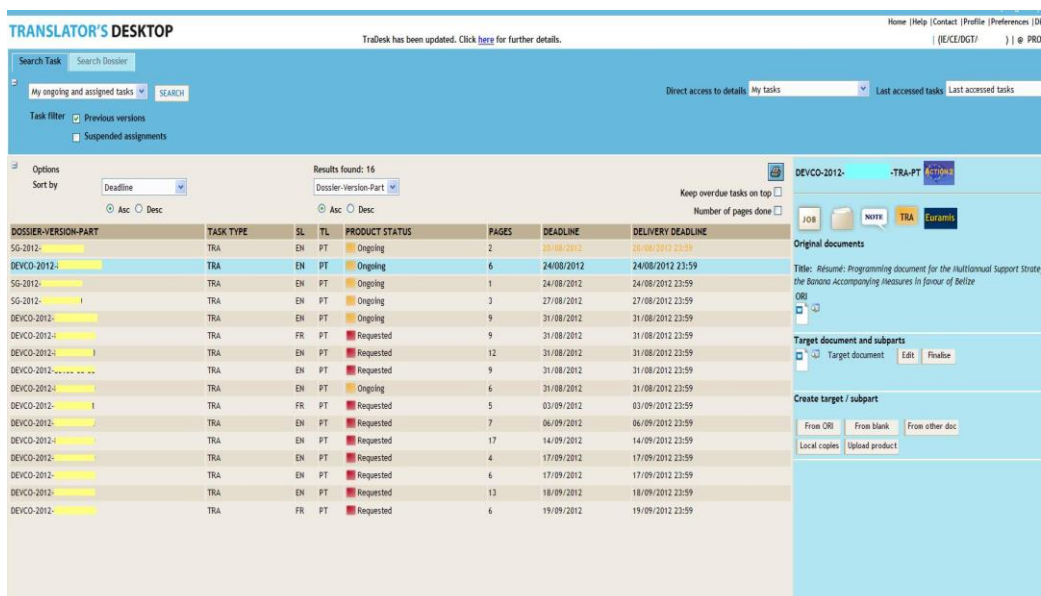


Ilustração 1: Print Screen Tradesk

Na secção PRODUCT STATUS podemos ver se a tradução está já em curso (*ongoing*) ou ainda por iniciar (*requested*). O sistema de cores é bastante intuitivo além de ser também muito útil para o tradutor uma vez que este pode facilmente ver que trabalhos ainda não iniciou e quais os prazos dos mesmos. Este sistema é útil não só para o tradutor mas também para a pessoa responsável pela distribuição do trabalho já que lhe permite acompanhar o progresso de determinado documento e ajustar futuras distribuições de acordo com a carga de trabalho do tradutor e do revisor. Para além da gestão de tarefas, o Tradesk também é uma importante ferramenta de pesquisa. Com a função EURAMIS, o Tradesk permite-nos encontrar documentos com base no número ou no tipo de documento em causa. Isto torna-se bastante útil quando há referências a documentos ou a partes dos mesmos sem que haja outra fonte mencionada.

O Tradesk foi de grande utilidade durante o estágio uma vez que permitia uma gestão muito clara do tempo e do fluxo de trabalho. No caso dos estagiários, é essencial estar muito atento a esses fatores uma vez que o fluxo de trabalho inclui sempre uma revisão do texto de chegada (TC) por parte de um dos tradutores experientes ou do Chefe de Unidade. Isto significa que foi essencial ter sempre em consideração, além do tempo da tradução, o tempo necessário para revisão do texto e posterior correção.

Este estágio na CE foi a primeira vez em que tive um volume de trabalho

exclusivamente destinado à tradução. Os prazos de entrega dos documentos foram, em geral, adequados ao número de documentos que era atribuído e ao seu grau de dificuldade. Por vezes surgiam textos de menor dimensão e com prazos de entrega mais curtos que interferiam com outros projetos de maior relevância e extensão. No entanto, graças ao Tradesk foi fácil manter sempre uma visão clara do trabalho e dos prazos que tinha o que permitiu fazer sempre tudo atempadamente de forma a assegurar a qualidade máxima dos textos na sua versão final.

Como afirma Pym (2010: 7)

“This is the kind of risk management that might underlie a bureaucracy like the European Commission’s Translation Service, where the translation of a text first requires the production of another text (the complete job description)”.

Na verdade, embora haja muita burocracia envolvida no fluxo de trabalho da DGT, este método de trabalho funciona bem porque permite que todos os envolvidos (tradutor, revisor, Chefe de Unidade e secretariado) saibam sempre em que ponto do processo de trabalho está cada documento e como gerir, futuramente, o trabalho de cada um.

1.3.1. Ferramentas e recursos de apoio à tradução

O trabalho na DGT também é feito através da utilização das *CAT- tools* que melhoram a produtividade dos tradutores e asseguram a qualidade da tradução e a consistência terminológica garantindo, assim, a qualidade máxima dos textos. A ferramenta utilizada na DGT é o *Translator’s Workbench* (TWB) 8.3.

No entanto, a DGT conta com várias outras ferramentas de apoio que complementam as ferramentas de trabalho. Existem bases de dados e outras aplicações integradas diretamente no Word e que estão à disposição de todos os tradutores. São estes alguns dos recursos mais utilizados durante o estágio:

Ferramenta	Utilidade
Quest Metasearch	Ferramenta de pesquisa que contém numa só interface as três ferramentas de informação mais utilizadas pelos tradutores (Euramis, Eur-Lex, IATE)
IATE	Base de dados terminológica da UE (acesso a uma versão mais extensa e completa do que a de acesso público)
DGT Vista	Motor de busca de documentos que contém todos os documentos na língua de partida e as respetivas traduções. Para pesquisarem um documento os utilizadores têm acesso a vários critérios de pesquisa (nº do documento, autor, etc.)
Euramis Concordance	Base de dados bilingue para pesquisar determinada expressão e respetiva tradução em diferentes tipos de documentos
Eur-Lex	<i>Website</i> que contém textos legislativos da União Europeia e outros documentos abertos ao público; contém confirmação de títulos, fonte de informação sobre o tema da tradução, disponibilização de textos comparáveis e paralelos, etc.
DocFinder	Permite encontrar as versões originais de um documento com base em determinados códigos/palavras-chave

1.4. A norma EN15038:2006 - processo de tradução de um documento

Cada documento, desde a sua atribuição a um tradutor até ao momento em que se dá saída do mesmo passa por um processo de trabalho que passo a esquematizar a seguir.

1. O trabalho é atribuído ao tradutor através do Tradesk onde, além do prazo de entrega, é indicado o tipo de documento e o respetivo número e o dossiê relativo

ao mesmo. O dossiê deve ser lido atentamente uma vez que contém todas as informações relevantes sobre o trabalho: o prazo de entrega, a língua de partida e de chegada, o n.º de páginas, o autor do texto, documentos de referência, indicação de todas as línguas de chegada e respetivos tradutores e todas as eventuais notas aos tradutores ou esclarecimentos de dúvidas.

2. O documento é criado na interface do Trados. Para criar o documento basta ir a *Create target/ subpart* e selecionar *From ORI*.
3. Criar uma memória de trabalho diretamente no Word na qual, por norma, o tradutor tem a oportunidade de escolher se quer incluir a opção de *machine translation*.
4. Finalizada a tradução, o TP e o TC são entregues em formato papel ao tradutor permanente responsável pela revisão. A revisão pode ser feita em versão papel ou através da utilização da ferramenta *Review* do Word. Após a revisão, o revisor explica as principais alterações/sugestões podendo o estagiário pedir qualquer clarificação adicional ou defender o seu ponto de vista relativamente à escolha de algum termo ou expressão.
5. Após a correção da sua tradução, o estagiário faz o *clean-up* e o *upload* da memória de tradução para a base de dados da DGT, o Euramis. Em seguida, a folha de rosto do documento é entregue em papel no secretariado e os assistentes dão saída ao documento.

1.4.1. A norma EN15038:2006 e o serviço de tradução da unidade PT.02

O fluxo de trabalho na DGT é, como já foi descrito, bem estruturado e bem organizado havendo sempre uma correta distribuição do trabalho pelos tradutores e pelos revisores. Isto também pode comprovar-se de acordo com a norma europeia EN15038:2006 que determina a qualidade dos trabalhos de tradução. Esta norma especifica os requisitos básicos para os prestadores de serviços de tradução (TSP - *Translation Service Providers*) a fim de assegurar a qualidade máxima dos seus serviços.

A unidade PT.02 da DGT cumpre sempre pelo menos quatro das cinco fases consideradas obrigatórias pela norma para garantir a qualidade do seu serviço, no entanto, documentos mais específicos ou com um grau de relevância maior, por vezes também passam pela quarta fase do processo de tradução:

1. *Translation* – tradução do TP pelo tradutor permanente/tradutor estagiário;
2. *Checking* – o tradutor verifica a sua tradução relativamente ao conteúdo e aos requisitos pedidos antes de entregar a tradução ao revisor designado;
3. *Revision* – o revisor, que, idealmente, é especializado no tema que está a rever, verifica a adequação da tradução e aspetos como o registo, o estilo e a consistência. Após esta fase o tradutor insere as alterações necessárias no documento criando, assim, a sua versão final. É nesta fase que, após o *clean-up*, o tradutor ou os assistentes da unidade, fazem as modificações necessárias de formatação (*e.g.* folhas de rosto com títulos que são imagens e não texto normal e que é preciso traduzir utilizando a ferramenta *Legis/Write* do TWB);
4. *Review* – nem sempre esta etapa é obrigatória, no entanto, no caso de traduções muito específicas ou com nova terminologia o trabalho também passa por esta fase;
5. *Final verification* – após passar estas fases, o tradutor verifica a tradução de novo antes de a dar como terminada no Tradesk e de enviar a memória para a base de dados central;

A primeira fase de um estágio na DGT é a formação. Esta formação é, em primeiro lugar dada por profissionais da DGT que se dedicam ao *Training* e numa segunda fase, de modo mais contínuo, é dada a nível interno da unidade PT pelos seus tradutores. Além disso há sempre formações para todos os profissionais da CE que queiram participar. O facto é que, na CE, os funcionários e os estagiários são sempre incentivados a melhorar e adquirir novas competências a todos os níveis: linguístico, cultural, técnico e, claro, de tradução. É este incentivo que permite aos tradutores manterem-se sempre a par dos novos desenvolvimentos tecnológicos e, sobretudo, da língua. Também para os estagiários esta abordagem inicial e contínua é essencial para que não se

esqueçam de que tudo está em constante evolução e para expandirem a sua formação.

1.4.2. O A090 na DGT – memórias de tradução

A introdução do acordo ortográfico na DGT, a 1 de janeiro de 2012, foi um momento de mudança também nas instituições europeias que tiveram de fazer grandes alterações no seu trabalho. Segundo o JO da União Europeia de 31 de dezembro de 2011²:

“As instituições, órgãos e organismos da União Europeia decidiram aplicar, a partir de 1 de janeiro de 2012, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. A partir dessa data, os textos publicados no Jornal Oficial da União Europeia serão redigidos segundo as regras da nova ortografia, admitindo-se um período inicial de coexistência das duas ortografias.”

No entanto, a introdução do AO90 trouxe outras implicações para os tradutores que foram discutidas no *workshop* sobre tradução assistida *supra* mencionado. Na verdade, põe-se uma questão pertinente relativamente às memórias de tradução. O Euramis, base de dados central de memórias de tradução, possui memórias desde a altura em que foi criado, o que significa que os segmentos aí armazenados estão, na sua grande maioria, escritos com a ortografia pré-acordo. Os tradutores e profissionais que gerem o Euramis estão, neste momento, a tentar corrigir todos os segmentos de forma a colocá-los de acordo com a nova ortografia para que os utilizadores não caiam em erros.

Como afirma Paulo Correia, tradutor e terminólogo do departamento de língua portuguesa da DGT no seu artigo “Nova ortografia – a experiência da DGT”³

“A preparação para a revisão geral da ortografia do conteúdo das memórias de tradução foi talvez o facto mais interessante e positivo para efeitos de qualidade e coerência futuras das nossas traduções, permitindo-nos conhecer melhor o vocabulário que efetivamente utilizamos.”

² JO C384 n.º 54 de 31 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:384:FULL:PT:PDF> (última consulta 31/12/2012)

³ Disponível em http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha39_pt.pdf (última consulta 29/12/2012)

Esta mudança fez com que o objetivo dos peritos que estão a verificar e corrigir as memórias de tradução, não seja apenas alterar as palavras cuja ortografia mudou após a introdução do acordo mas também emendar palavras com erros ortográficos.

Todo este processo de revisão implica muito trabalho e os profissionais de informática da DGT não conseguiram ainda concretizá-lo. Assim, espera-se uma nova tentativa por parte do departamento de língua portuguesa que irá, eventualmente, alterar e corrigir todas as memórias, melhorando, assim, o trabalho de todos os tradutores e revisores.

Ainda no mesmo artigo podemos ler que os tradutores da DGT consideram que a introdução do AO90 foi algo que os fez melhorar o seu trabalho como tradutores:

“O AO90 trouxe-nos a (re) descoberta do corretor ortográfico. A ortografia não fazia parte das nossas maiores preocupações como tradutores. Com o AO90 tivemos que nos questionar novamente sobre a ortografia, passando o corretor ortográfico a ocupar uma posição de relevo no nosso ambiente de trabalho”.

1.4.3. Problemas técnicos do trabalho como estagiária

Ao longo do estágio não houve apenas os problemas de tradução que serão analisados na segunda parte do presente relatório. Na realidade, surgiram alguns problemas de natureza técnica relacionados com as ferramentas informáticas utilizadas (memórias de tradução, problemas de formatação, etc.). Destes problemas destacam-se os seguintes:

- Incoerências nas memórias de tradução: embora as memórias de tradução sejam de extrema utilidade para o tradutor, não são totalmente fiáveis. Isto acontece porque as memórias são alimentadas por vários tradutores ao mesmo tempo e, nestes casos, é essencial prestar especial atenção aos conteúdos das mesmas. Embora os tradutores da DGT sejam totalmente fiáveis, por vezes há segmentos incorretos que são guardados na memória. Por norma, na base de dados da DGT, sempre que há um segmento este tem o nome do tradutor que a inseriu, no entanto, há segmentos em que esse campo tem indicação de tradutor desconhecido. Isto acontece possivelmente por desatualização de uma tradução ou por distração do tradutor. No

meu caso, cheguei a enviar, por lapso, uma memória de tradução para a memória central antes da revisão da tradução. Após a revisão voltei a enviar a memória que, em princípio, terá anulado a anterior, mas pode suceder que a memória fique guardada com erros. Estas situações fazem com que, por vezes, as memórias tenham alguns problemas. A obrigação do tradutor quando faz pesquisa é verificar sempre aquilo que encontra de forma a não aceitar traduções incorretas ou inadequadas. É importante referir ainda que os tradutores da DGT são em geral especializados em alguma matéria ou tema geral, não apenas pela sua formação mas principalmente pelo trabalho que foram desenvolvendo ao longo da sua carreira na DGT.

“Com o tempo, muitos tradutores especializaram-se em um ou mais domínios, quer por afinidade com os seus estudos e formação (juristas, economistas, engenheiros) quer por simples necessidade, por não haver mais ninguém com uma experiência mais relevante. É assim que, por exemplo, os «especialistas» em energia nuclear, transportes marítimos e pescas são tradutores formados em Filologia Germânica ou Línguas Modernas cuja especialização passou por um longo processo de autoaprendizagem e de formação específica, em suma por aquilo a que os franceses chamam a formation sur le tas, sempre combinado com o diálogo com os verdadeiros especialistas⁴”.

É importante referir que, ao contrário do IATE, o Euramis não especifica qual a área ou tema do segmento que apresenta. O tradutor só tem acesso ao nome da pessoa que traduziu aquele documento (por vezes, nem isso aparece) e ao título do mesmo. No entanto, nunca se sabe, sem se ler o segmento, de que área se trata. Isto pode induzir o tradutor em erro. O IATE, por outro lado, tem sugestões específicas e curtas para cada termo e indica a área e respetiva tradução.

- Tradução assistida por computador: a unidade portuguesa da DGT é pioneira na introdução da tradução assistida nas memórias. Embora seja uma ferramenta extremamente útil para o tradutor, por vezes também torna o trabalho um pouco mais difícil já que nem sempre os segmentos se encontram na memória de forma correta. Além disso, a tradução assistida por computador não distingue as temáticas de trabalho pelo que o tradutor tem de estar sempre com atenção redobrada quando faz uso desta ferramenta para evitar introduzir traduções

⁴ Disponível em http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha33_pt.pdf (última consulta 31/08/2012)

incorretas de termos ou expressões que sejam de um tema totalmente diferente do proposto pela tradução assistida.

2. Análise do trabalho realizado durante o estágio

2.1. Descrição do trabalho realizado

Até à realização do presente relatório foram traduzidas 185 páginas no âmbito do estágio⁵. Embora as línguas de trabalho devessem ter sido o inglês e o espanhol, toda a documentação traduzida estava em inglês sendo que não havia textos em espanhol para serem traduzidos.

No início do estágio recebia apenas textos mais simples, como Questões Escritas, que eram documentos, em geral, bastante pequenos e com grande parte disponível nas memórias de tradução. O objetivo de iniciar com este tipo de textos era o de começar a dominar as ferramentas de tradução e as técnicas de pesquisa e ter tempo de as explorar ao máximo. Embora fossem pequenos, eram textos que abordavam temas muito variados e isso permitiu entrar em contacto com grande parte dos temas com os quais trabalhei ao longo do estágio.

Com o decorrer do estágio, foram atribuídos textos de maior dimensão e dificuldade cuja tradução, não raras vezes, se revelou um desafio não só devido aos temas abordados (*e.g.* crise financeira espanhola) mas também devido à qualidade de redação do TP. Os documentos nem sempre são escritos por pessoas cuja língua materna é o inglês e isso dificulta bastante o trabalho do tradutor que tem, muitas vezes, de escrever ao autor do texto ou a outros tradutores para pedir alguns esclarecimentos relativos aos mesmos. O que acontece nestes casos, é que, geralmente, o TP tem frases extremamente longas e bastantes confusas a nível sintático que podem levar o tradutor a interpretar o texto de forma errada ou oposta ao objetivo do emissor/ autor do texto.

Nestas situações, o mais frequente é recorrer à ajuda de tradutores com mais experiência na área e que podem ajudar a clarificar o sentido do texto. No entanto, esta

⁵ Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 sobre o acesso do público aos documentos no âmbito da transparência dos trabalhos “O acesso aos documentos é uma componente essencial da política de transparência das instituições europeias. Trata-se de um direito que, em virtude do Tratado, assiste a todos os cidadãos europeus e todos os cidadãos residentes na União Europeia”, seja por via direta ou mediante um pedido por escrito na página *Web* das instituições. Assim, todos os documentos analisados no presente relatório são de acesso público. Cf. <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/003a6f9886/Access-to-documents.html> (última consulta: 24/05/2012).

abordagem nem sempre é a mais eficaz porque pode, mesmo assim, ocorrer que a interpretação do texto não corresponda àquilo que o autor pretende veicular. Nesses casos o tradutor escreve uma nota de tradução ao emissor do TP que esclarece sempre todas as dúvidas.

2.1.2. O Eurospeak

“Trosborg refers to Eurospeak as the language used by Eurocrats, which is “often blurred, complicated and hard to understand” (1997: 152), but Wagner (1999) points out that it is in fact a useful language coined to describe EU inventions and supranational concepts which have no exact parallel at national level. Eurospeak is characterised by neologisms and borrowings”⁶.

Na DGT há um problema bastante grande relativo aos textos “originais” em inglês. Embora os textos em inglês enviados para tradução devessem ser todos escritos originalmente nessa língua por nativos, a verdade é que são muitas vezes escritos por não-nativos. Todas as instituições têm o seu estilo, fraseologia, vocabulário geral e terminologia próprios, e isso não será problema dentro da instituição após a terminologia estar enraizada. No entanto, para os tradutores, especialmente para os que estejam há menos tempo na instituição, isto pode ser problemático já que os tradutores têm, frequentemente, dúvidas relativamente ao significado de algumas expressões ou termos. Além disso, por vezes as frases são demasiado longas com muitas frases subordinadas o que faz com que se perca o significado e o propósito das mesmas. Nestes casos, o tradutor vê-se obrigado a recorrer a outros tradutores e, muitas vezes, ao emissor do documento.

Embora o inglês seja utilizado como língua principal dentro da CE, o facto de ser usado por não-nativos faz com que se crie uma pseudo linguagem que é fruto de da influência do estilo e vocabulário de várias línguas e que se afasta do inglês normal. Isto levanta problemas porque cada texto é recebido por nativos de outras línguas que usam esse original para as suas traduções e, neste sentido, muito pode perder-se na tradução e na interpretação.

⁶ “Training translators to work for the EU institutions: luxury or necessity?”. Disponível em: http://www.jostrans.org/issue16/art_sosoni.php (última consulta (22/11/2012))

O guia de estilo de inglês da CE já utiliza a expressão *Eurospeak* para se referir precisamente a este fenómeno e sublinhando que se trata de um jargão interno da própria instituição.

“In some cases — departmental memos or papers for specialist committees — we may regard ‘Eurospeak’ as acceptable professional shorthand; searching here for ‘plain English’ paraphrases wastes time and simply irritates readers. By contrast, in-house jargon is not appropriate in documents addressing the general public such as leaflets or web pages.”⁷

De facto, será essencial pensarmos que a criação desta linguagem híbrida não é necessariamente algo mau. As instituições europeias estão no centro de tudo o que se passa na Europa e teve também de se adaptar às mudanças que foram surgindo. Uma das maiores mudanças que houve no seio das instituições foi o abandono do francês como língua de trabalho interna e a adoção do inglês para esse efeito. Com a mudança da língua veio a necessidade de se criarem novos termos e novas expressões que se adaptassem às situações que iam surgindo e aos temas que iam sendo abordados. Desta forma o *Eurospeak* é usado diariamente a nível oral e escrito.

Se observarmos o *website* da Comissão Europeia⁸ podemos perceber facilmente em que é que este fenómeno se concretiza. Se se abrir a página do Eurostat⁹ (centro de estatísticas da União Europeia) podemos concluir que, embora seja parte importante do funcionamento das instituições devido aos estudos que realiza sobre os europeus e apesar de se aceder à página através da página em português, esta não está traduzida para português. Ou seja, embora a tradução seja a base de funcionamento da União Europeia, há falhas na utilização da mesma. Além disso, convém referir que mesmo quando as páginas estão traduzidas para todas as línguas, o jargão europeu nunca deixa de existir.

Ainda no mesmo *website*, se entrarmos na página do *N-Lex*¹⁰, uma extensão do Eur-Lex, através da língua “português”, podemos observar que, embora os menus estejam todos em português, as notícias estão apenas em inglês ou francês, não dando acesso, portanto, a ninguém que não domine essas línguas.

⁷ European Commission Directorate-General for Translation English Style Guide
A handbook for authors and translators in the European Commission. Disponível em:
http://ec.europa.eu/translation/english/guidelines/documents/styleguide_english_dgt_en.pdf (última consulta em 25/11/2012)

⁸ <http://ec.europa.eu/> (última consulta em 10/12/2012)

⁹ <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/> (última consulta em 10/12/2012)

¹⁰ http://eur-lex.europa.eu/n-lex/index_pt.htm (última consulta em 10/12/2012)

Finalmente, podemos ainda observar um caso interessante que é a página relativa ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso¹¹. A mesma página pode ser consultada em português, inglês, francês e alemão, no entanto, apenas a página em português contém o nome “Durão”, sendo que todas as outras se referem ao Presidente como José Manuel Barroso. A mesma página contém todas as informações relativas a vida pessoal e profissional em português mas as notícias e os discursos encontram-se apenas em inglês ou, por vezes, em francês.

Relativamente ao fenómeno do *Eurospeak* propriamente dito, é curioso ver que uma rápida pesquisa sobre o termo nos leva diretamente à página do dicionário Linguee¹² que tem uma série de citações (com a respetiva tradução) feitas em contexto europeu acerca deste jargão europeu:

EN	PT
“Citizens' organization's despair when they read forms and subsidy applications in a Eurospeak that alienates citizens.”	“As organizações civis desesperam quando leem formulários e pedidos de subsídios redigidos num jargão europeu que afasta os cidadãos.”
“Also very important is to stop the creation of new terms or ' Eurospeak ' of doubtful meaning, that are commonly used without the majority really knowing what they mean.”	“Também é extremamente importante limitar a criação de novos termos ou jargão comunitário , de significado duvidoso, usados sem que a maioria dos falantes realmente os compreenda.”
“An important speech has been given by a politician who does not use the empty phrases, or Eurospeak , so beloved of Brussels bureaucrats.”	“Ouvimos um grande discurso de um político que não utiliza as frases vazias ou a linguagem europeísta , tão amada pelos burocratas de Bruxelas.”

Através destes exemplos podemos ver a importância da utilização desta «linguagem europeísta» como é designada pelos próprios políticos da União Europeia.

¹¹ http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/archives/2012/12/20121206_2_pt.htm (última consulta 10/12/2012)

¹² <http://www.linguee.pt/ingles-portugues/traducao/eurospeak.html> (última consulta em 10/12/2012)

2.2. Tipologia dos documentos traduzidos

Os documentos elaborados e traduzidos na CE abordam variadíssimos temas devido ao tipo de atividades levadas a cabo nas instituições da UE. Os documentos podem ser apenas informativos ou desempenhar funções mais importantes.

Ao longo do estágio tive oportunidade de trabalhar com sete Direções-Gerais, cujos documentos tinham estruturas diferentes e muito específicas e que me permitiram entrar em contacto com o tipo de linguagem utilizada na CE. Apresento uma lista das DG emissoras dos documentos com que trabalhei¹³ seguida de uma breve apresentação dos tipos de documentos que permitirá uma melhor compreensão dos casos práticos de tradução que serão analisados mais à frente.

- Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas (DG MARE)
- Direção-Geral da Energia (DG ENER)
- Direção-Geral Mobilidade e Transportes (DG MOVE)
- Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DG AGRI)
- Direção-Geral Ambiente (DG ENV)
- Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN)
- Direção-Geral Investigação e Inovação (DG RTD)
- Direção-Geral Ação Climática (DG CLIMA)

Em geral, o tipo de documento depende da DG que o emite mas nem sempre isso é linear. Para se poderem analisar melhor os casos práticos de tradução segue-se uma tabela com os tipos de documentos que traduzi.

Questões Escritas (QE)	Questões dos deputados portugueses à Comissão relativos a vários temas sobre o país.
Documentos de Trabalho dos Serviços da Comissão	Estes documentos são utilizados como ponto de referência sobre como proceder relativamente a situações novas de trabalho ou como abordar novos temas de trabalho.

¹³ Mais informações disponíveis em: http://ec.europa.eu/contact/guide_activity_pt.htm (última consulta em 24/08/2012)

Artigos	Podem servir de base para propostas legislativas ou aparecem como alterações a outras versões do mesmo artigo.
Comunicados de Imprensa	Documentos publicados na imprensa e que contém notícias recentes de elevada importância.
Parecer da Comissão	Opinião da CE relativamente a assuntos de todas as DGs.
Regulamentos	Documento que contém um conjunto de regras ditadas pela CE sobre vários assuntos.
Cartas	Cartas de cidadãos portugueses ou estrangeiros à CE sobre questões relacionadas com o seu país ou com assuntos pessoais; Cartas das várias DGs a em resposta a outras cartas ou à Representação Permanente de Portugal junto da EU.
Decisões	Decisões da CE sobre vários assuntos.

2.3. Como abordar as questões de tradução

2.3.1. Gestão do risco

Quando começamos a traduzir de forma profissional e a ter de pensar nos desafios que cada texto nos apresenta temos de abordar essas questões de forma atenta e ponderada.

Pym (2010:3) define quatro passos para a gestão do risco quando se traduz: problemas de tradução, soluções, estratégias e esforço. Fazendo uma análise retrospectiva do trabalho realizado, posso afirmar que estes aspetos estiveram sempre presentes durante a realização de todos os trabalhos e que, seguindo estes passos, o trabalho de tradução torna-se, sem dúvida mais rico.

- *Translation problems* – um elemento linguístico torna-se um problema de tradução quando o tradutor tem de decidir entre uma ou mais formas de o resolver. Identificar o problema é o primeiro passo para se ter uma boa tradução final.

- *Translation solutions* – os tradutores, após analisarem o problema tradutivo, criam uma solução que será o resultado final da tradução. No entanto, não podemos afirmar que existe apenas uma solução para um problema, existem sempre outras possibilidades que devem ser analisadas. Algumas soluções envolvem mais risco ou mais esforço do que outras.
- *Translation strategies* – as técnicas utilizadas para se resolver um problema de tradução podem ser analisadas em termos de estratégias, como transcrição, omissão, paráfrase, compensação, notas de rodapé, etc.
- *Translatorial effort* – resolver problemas tradutivos é algo que exige bastante do tradutor a todos os níveis. Este esforço pode ser visto relativamente aos recursos que utiliza para se documentar (consultas, pesquisas, reflexão etc.) ou, noutra campo, relativamente ao tempo que demora na resolução dos problemas, aos custos tecnológicos etc.¹⁴.

De acordo com isto, é necessário analisar os problemas de tradução com espírito crítico e procurar todas as soluções possíveis utilizando os recursos disponíveis para o tradutor.

Na DGT os recursos são praticamente inesgotáveis e estão à disposição de todos os tradutores, isto foi sempre muito útil para o trabalho como estagiária porque tinha sempre acesso a soluções para todas as questões que foram surgindo.

2.4.2. Funções dos textos traduzidos

Cada texto tem a sua função comunicativa que depende do seu género e que influencia muito a tradução que dele se pode fazer. O tradutor, além de todas as questões técnicas do texto, tem de analisar a função e o público-alvo do mesmo de acordo com a função do texto. Isto significa que, por exemplo, num comunicado de imprensa, o tradutor tem de usar uma linguagem mais apelativa e menos direta do que num texto legal e que o estilo pode ser mais livre.

¹⁴ Tradução minha

Nord, (2006:4), baseando-se no *organon model* de Bühler e no modelo das funções da linguagem de Jakobson, afirma que um texto pode desempenhar quatro funções: referencial, expressiva, apelativa e fática. Para analisar as traduções realizadas no âmbito do estágio serão utilizados estes conceitos de acordo com as respetivas definições.

A primeira função a que Nord se refere é a função referencial, esta função implica que se faça uma referência objetiva a alguma situação ou fenómeno e não permite considerações pessoais. Os textos que mais se caracterizam por esta função são as Questões Escritas (QE) que informam a Comissão sobre questões importantes do país e fazem perguntas sobre assuntos relacionados com as mesmas (subfunção informativa) e os Documentos de Trabalho dos Serviços da Comissão, que informam acerca de novos temas a serem abordados e apresentam medidas a tomar.

A função expressiva evidencia a atitude/opinião do emissor e/ou autor do texto relativamente a um determinado objeto ou fenómeno do mundo. É o caso das QE *supra* mencionadas em que o emissor/autor manifesta a sua opinião, das cartas dirigidas à Comissão e dos Comunicados de Imprensa (PP).

Os textos com função apelativa têm como objetivo levar o recetor a agir ou refletir. As suas principais características são as formas imperativas, perguntas ou verbos modais. Esta função está muito presente em documentos que têm igualmente uma função expressiva, como é o caso das PP ou das QE. Falta apenas referir a função fática que, segundo a autora, estabelece, mantém e finaliza o contacto social entre o emissor e o recetor do texto. Esta função seria, então, encontrada em apartes no texto ou em pequenas introduções. Por este motivo posso afirmar, em retrospectiva, que os textos traduzidos no âmbito do estágio não continham esta função já que eram todos de um foro diferente, muito mais formal e que não permitia este tipo de aspetos textuais.

Nord (2006:1) estabelece ainda a diferença entre tradução documental e tradução instrumental:

“If the target-culture conditions differ from those of the source culture, there are usually two basic options: either to transform the text in such a way that it can work under target-culture conditions (= instrumental translation), or to replace the source-text functions by their respective meta-functions (= documentary translation).”

Dentro das instituições europeias os documentos são todos encarados como se

fossem originais. Isto não significa que os recetores não saibam que se tratam de traduções mas sim que as traduções são encaradas como versões do texto original pois são em tudo equivalentes ao mesmo. A este nível, todas as traduções da CE podem ser consideradas instrumentais uma vez que o resultado final da tradução é um texto que é considerado original pelo recetor e tem uma função clara na cultura de chegada. O TC altera apenas aspetos específicos da cultura recetora do documento, como tempos verbais, formas de tratamento, alteração de um nome (*e.g.* o Presidente da CE, José Manuel Durão Barroso, tem o seu nome colocado sempre de forma diferente dependendo do recetor do texto, em inglês será José Manuel Barroso mas em português já poderá ter o nome completo).

No caso das instituições europeias, é importante verificar sempre se a função do texto e o tipo de tradução se mantém no TC iguais ao TP. Isto porque os documentos que são traduzidos para todas as línguas, embora mantenham uma estrutura fixa que é invariável de uma língua para a outra e inerente à tipologia do documento, têm de adaptar-se sempre, de alguma forma, à cultura de chegada.

2.5. Análise de algumas traduções realizadas no âmbito do estágio

2.4.1. QE 2012-2383

Tipo de documento: Questão Escrita

Línguas de trabalho: Inglês > Português

Tema: Falta de crédito das empresas portuguesas

Função do texto: Referencial (o documento informa acerca da situação da falta de crédito), expressiva (o emissor do texto expõe a sua opinião sobre o assunto) e apelativa (é feito um pedido de esclarecimento à Comissão)

Enquadramento:

Esta QE consiste numa questão colocada por um deputado português na qual o relator solicita à Comissão que esclareça em que medida é que esta concilia os planos de

austeridade com as necessidades de financiamento do setor público dos países intervencionados e em que pergunta se faz sentido condicionar a capitalização do setor bancário.

O texto de partida não apresentou problemas quanto à sua interpretação. A única dúvida surgiu no segmento assinalado no parágrafo seguinte:

TP: «With regard to credit supply, the Portuguese programme is tackling both high public sector indebtedness and high sector **leverage**. Portuguese companies are amongst the most **leveraged** in Europe. »

Neste parágrafo, a expressão “leveraged” não foi muito clara já que se trata de uma expressão típica do vocabulário económico com a qual não estava familiarizada. Após ter feito pesquisa nos diversos recursos disponíveis e em artigos relacionados com este tema, cheguei a várias possibilidades sendo que aquela que parecia mais adequada era “alavancagem”.

A linguagem utilizada pela CE nos seus documentos parece, frequentemente, estranha para quem está de fora ou não conhece os termos. Neste caso, após ter optado por esta expressão, falei com um tradutor mais experiente que explicou o significado da mesma e que aceitou a decisão que tomei.

TP	TC (versão revista)
With regard to credit supply, the Portuguese programme is tackling both high public sector indebtedness and high sector leverage . Portuguese companies are amongst the most leveraged in Europe	No que diz respeito ao fornecimento de crédito, o programa português está a tratar simultaneamente o elevado endividamento do setor público e a elevada alavancagem do setor privado. As empresas portuguesas estão entre as mais alavancadas da Europa.

2.5.2. PP 2012-348

Tipo de documento: Comunicado de Imprensa

Línguas de trabalho: Inglês> Português

Tema: Inquérito feito aos europeus acerca dos problemas da água e de como a UE deve abordar esses problemas.

Função do texto: Referencial (o primeiro objetivo do texto é informar o leitor da situação dos problemas da água e também acerca do inquérito que foi feito) e expressiva (o emissor/autor do texto expressa a sua opinião e apresenta os dados do referido inquérito)

Enquadramento:

Esta PP apresenta os resultados de um inquérito Eurobarómetro que perguntava aos Europeus se estes pensavam se a UE devia propor medidas suplementares para abordar os problemas da água na Europa.

Este documento levantou duas questões na sua tradução. Sendo um documento escrito para ser publicado na imprensa, tem um estilo mais livre e mais apelativo do que outros textos com um formato prévio estabelecido. Uma vez que se baseia num inquérito, existem várias percentagens ao longo de todo o texto. Esta situação, embora inicialmente não parecesse demasiado complexa, levantou algumas questões na sua tradução como podemos observar nos exemplos a seguir:

TP: «62% of citizens also feel they are not sufficiently well informed, while 67% think the most effective means of reducing water-related problems would be awareness raising about water-related problems. »

A primeira dúvida neste texto surge logo no início com a questão das percentagens. Quando fiz a tradução, coloquei os verbos no singular seguindo a lógica de que o verbo concordaria com o termo preposicionado e não com o número propriamente dito.

A revisora do texto considerou que os verbos deveriam estar no plural. Após bastante pesquisa com outros tradutores do departamento que tinham a mesma dúvida, consultámos finalmente o Guia do Tradutor da DGT¹⁵ que diz que nos casos das

¹⁵ O Guia do Tradutor da DGT é um livro que contém informações sobre como escrever e traduzir em português segundo as convenções da Comissão Europeia. Inclui técnicas de tradução, regras gramaticais e convenções. Está disponibilizado gratuitamente para consulta ou download na página da DGT da CE. Para mais informações consultar: http://ec.europa.eu/translation/portuguese/guidelines/documents/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf (última consulta 25/08/2012).

percentagens “o verbo concorda com o termo preposicionado” e que “quando a percentagem é antecedida do artigo «os», a concordância faz-se no plural”.

Esta questão, embora pareça simples, levantou grandes questões na tradução que teve de ser revista de novo. Além disso, tiveram de verificar-se também todos os casos de percentagem e a concordância para cada uma das ocorrências.

TP	TC (versão revista)
<p>62% of citizens also feel they are not sufficiently well informed, while 67% think the most effective means of reducing water-related problems would be awareness raising about water-related problems.</p>	<p>Há 62% dos cidadãos que também sentem que não estão suficientemente bem informados, enquanto 67% consideram que o meio mais eficaz para reduzir os problemas relacionados com a água seria a sensibilização para os mesmos.</p>

2.5.3. ENV 2012-204

Tipo de documento: Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão

Línguas de trabalho: Inglês> Português

Tema: Orientações sobre as melhores práticas para limitar, atenuar ou compensar a impermeabilização do solo

Função do texto: Referencial (o documento informa sobre as medidas a tomar relativamente à impermeabilização dos solos)

Enquadramento:

Este texto é um documento de trabalho dos serviços da Comissão acerca da impermeabilização do solo. Era um documento muito extenso (64 páginas) que levantou uma série de problemas de terminologia e semântica. Devido à extensão e dificuldade do documento, a revisão foi feita por partes e em conjunto de forma a que se pudessem ver as dúvidas que iam surgindo.

Caso n.º 1:

TP	TC (versão por rever)	TC (versão revista)
Between 1990 and 2000, land take in the EU was around 1 000 km ² per year and settlement areas increased by nearly 6%.	Entre 1990 e 2000, a ocupação de terras detetada na UE era de cerca de 1 000 km ² por ano e as zonas habitadas aumentaram cerca de 6%.	Entre 1990 e 2000, a ocupação dos solos detetada na UE era de cerca de 1 000 km ² por ano e as zonas urbanizadas aumentaram cerca de 6%.

Este segmento teve dois problemas. O primeiro foi a expressão “land take”, que interpretei como sendo “terras” uma vez que se refere a terrenos utilizados para construção de zonas urbanas. Ao escolher o termo “terras” segui a lógica de que o termo “soil”, utilizado ao longo de todo o documento, seria a escolha adequada para “solo” e de que eram termos distintos. Neste caso, a revisora optou por alterar a expressão e colocar “solo” de forma a não haver confusão entre ambos os termos.

Em relação à expressão “zonas habitadas” a alteração por parte da revisora deveu-se a uma questão de estilo. Esta expressão era mais lógica e foi inserida na versão final.

Caso n.º 2:

TP: «The reduction of evapo-transpiration in urban areas due to the loss of vegetation because of soil sealing and the increased absorption of energy from the sun caused by dark asphalted or concrete surfaces, roofs and stones are significant factors contributing, together with heat produced by air conditioning and refrigeration as well as heat produced by traffic, to the “**urban heat island**” effect.»

Neste caso, o problema que surgiu foi uma questão de terminologia. Não estando familiarizada com a expressão sublinhada efetuei alguma pesquisa e os resultados sugeriam a expressão “fenómeno ilha térmica”. A revisora do documento sugeriu que se

alterasse para “ilhas urbanas de calor” tendo em vista outros documentos sobre o assunto e uma questão de coerência.

TP	TC (versão por rever)	TC (versão revista)
<p>The reduction of evapotranspiration in urban areas due to the loss of vegetation because of soil sealing and the increased absorption of energy from the sun caused by dark asphalted or concrete surfaces, roofs and stones are significant factors contributing, together with heat produced by air conditioning and refrigeration as well as heat produced by traffic, to the “urban heat island” effect.</p>	<p>A diminuição da evapotranspiração nas áreas urbanas, causada pela perda de vegetação e pelo aumento da impermeabilização dos solos, assim como a absorção de energia solar, causada pelas superfícies de betão e cimento e pelos telhados, são fatores significativos que, juntamente com o calor produzido pelo ar condicionado, pela refrigeração e pelo tráfego, contribuem para o fenómeno «ilha térmica» nos meios urbanos.</p>	<p>Nas zonas urbanas, a diminuição da evapotranspiração devido ao desaparecimento da vegetação em consequência da impermeabilização dos solos e o aumento de absorção de energia solar causado por superfícies asfaltadas ou de betão, telhados e ar condicionado e de refrigeração e pelo tráfego, contribuem para o efeito das «ilhas urbanas de calor».</p>

No entanto, a questão terminológica não foi o maior problema deste segmento e deste documento. Como se pode observar, o documento utiliza, recorrentemente, frases muito longas e complexas, muito marcadas pela inserção de frases subordinadas que fazem com que o tradutor e o leitor do TC tenham dificuldade em perceber o sentido das mesmas.

Em geral, optei por manter o formato original das frases porque, em casos como este, uma divisão poderia criar um resultado desastroso que já que todos os elementos são consequência do anterior.

Caso n.º 3:

TP: «**De-sealing** (soil recovery)

De-sealing means restoring part of the former soil profile by removing sealing layers such as asphalt or concrete, loosening the underlying soil, removing foreign materials and restructuring the profile».

Este segmento levantou um problema de não-equivalência ao nível da palavra (cf. Baker, 1992:17) devido ao termo sublinhado. Após uma longa pesquisa não encontrei qualquer termo que pudesse ser utilizado em português como correspondente direto do utilizado em inglês. Tendo isso em vista, pensei que talvez pudesse traduzir como “desimpermeabilização” por oposição a “sealing” – “impermeabilização”. Nesse sentido, fiz uma pesquisa em dicionários *online* como a Infopédia¹⁶ e no dicionário Houaiss da língua portuguesa (versão digital)¹⁷ após a qual concluí que o termo não existia em português e que apenas era utilizado, ainda que com poucas ocorrências, em português do Brasil.

Segundo Baker (1992:17):

“Non-equivalence at word level means that the target language has no direct equivalent for a word which occurs in the source text. The type and level of difficulty posed can vary tremendously depending on the nature of non-equivalence. Different kinds of non-equivalence require different strategies, some very straightforward, others more involved and difficult to handle.”

Face a esta situação de não existir um equivalente em português para este termo, optei por consultar a terminóloga da unidade no sentido de saber se a palavra era usada em algum momento e se era conhecida pelos tradutores e terminólogos. A terminóloga ofereceu-se para fazer alguma pesquisa sobre o assunto sendo que lhe sugeri que se pusesse «desimpermeabilização», caso não houvesse nenhuma outra proposta. Após um período de pesquisa e de ponderação a terminóloga concluiu que não existia correspondente em português e optou pela opção sugerida. Esta perita explicou que, sendo um documento novo de trabalho sobre um tema ainda recente, era comum que não houvesse tradução para todos os termos e que, nesses casos, o tradutor deve optar por algum termo que considere oportuno. A revisora concordou com a opção e manteve-se assim na versão final.

Será ainda de realçar aqui a questão do *EuroSpeak* de que já se falou atrás. Este é um caso concreto de um termo que foi criado dentro da CE para a CE, ou seja, o

¹⁶ Disponível em: <http://www.infopedia.pt/>

¹⁷ Houaiss Eletrónico. 2009. Versão monousuário 3.0. Editora Objetiva Ltda.

equivalente em português tem de sofrer o mesmo processo e seguir os mesmos critérios. Arriscaria dizer que aqui é quase um caso de um não-nativo a criar uma “não-palavra” que se imediatamente se transforma num termo aceite e instituído.

TP	TC (versão por rever e final)
<p>De-sealing means restoring part of the former soil profile by removing sealing layers such as asphalt or concrete, loosening the underlying soil, removing foreign materials and restructuring the profile.</p>	<p>Desimpermeabilizar significa restaurar parte do antigo perfil do solo retirando camadas impermeáveis como o asfalto ou o betão, soltando o solo subjacente, removendo materiais estranhos e reestruturando o perfil.</p>

2.5.4. MARE 2012-189

Tipo de documento: Carta da Comissão

Línguas de trabalho: Inglês > Português

Tema: Carta da Comissão ao Embaixador de Portugal na REPER com informações sobre os navios que exercem atividades de pesca INN (ilegais)¹⁸ em águas portuguesas nos termos do artigo 26.º, n.º 3 do Regulamento INN da UE.

Função do texto: Referencial (a Comissão informa o Embaixador acerca das atividades ilegais de pesca que são exercidas por navios que arvoram o pavilhão de Portugal) e apelativa (o emissor/autor do texto solicita ao recetor que lhe forneça informações específicas e detalhadas sobre o assunto).

Enquadramento:

Este documento MARE foi o primeiro texto que traduzi referente às pescas e aos assuntos marítimos. Por este motivo, tive várias dúvidas e dificuldades na sua tradução por não estar familiarizada com o tema e com as suas especificidades.

Caso n.º1:

¹⁸ Mais informações disponíveis em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:285E:0074:0090:PT:PDF> (última consulta em: 30/08/2012)

A primeira dificuldade surgiu logo no início do texto na parte referente ao assunto:

TP: «**Article 26.3 of the EU IUU Regulation** – Information on vessels engaged in repetitive IUU activities».

Por ser a primeira vez em que traduzi um texto com regulamentos da UE e com referência a artigos, não sabia qual era a forma correta e estabelecida pelas instituições para os artigos.

Comecei por pesquisar no Eur-Lex para verificar se havia referência ao artigo em questão e verificar qual a forma correta. Essa pesquisa, juntamente com a pesquisa no Euramis, foi muito útil para aprender a ordem correta para os artigos em português.

TP	TC (versão final)
Article 26.3 of the EU IUU Regulation – Information on vessels engaged in repetitive IUU activities.	Artigo 26.º, n.º 3 do Regulamento INN da UE – informações sobre os navios que exercem repetidamente atividades INN.

Caso n.º 2:

O segundo problema prendeu-se com uma questão de terminologia específica que eu desconhecia.

TP: «The Commission finds that the sanctions taken by the **flag State** against the vessels having repeatedly committed the same IUU infringements were not proportionate, dissuasive and effective, and therefore not fulfilling the provisions of the Control Regulation (Regulation No 1224/2009)».

A expressão “flag State” levantou uma série de dúvidas porque, após a pesquisa, não encontrei um correspondente satisfatório ou que fizesse sentido na frase.

De facto, uma pesquisa no IATE sugere que “flag state” pode ser:

1. estado do pavilhão
2. estado de bandeira

Estas sugestões são também as mesmas propostas pelo dicionário *online* Linguee.

Considerando as sugestões que obtive, optei por colocar a expressão como “Estado do pavilhão” admitindo que essa expressão significa o Estado em cujo pavilhão arvoram os navios de pesca ilegal, neste caso o Estado em causa seria Portugal.

Por este motivo, o revisor do texto optou por colocar apenas “Portugal” explicando que dessa forma a frase ficaria mais coesa e mais simples.

TP	TC (versão final)
The Comission finds that the sanctions taken by the flag State against the vessels having repeatedly committed the same IUU infringements were not proportionate, dissuasive and effective, and therefore not fulfilling the provisions of the Control Regulation (Regulation No 1224/2009).	A Comissão considera que as sanções aplicadas por Portugal contra os navios que têm cometido as mesmas infrações INN repetidamente não foram proporcionadas, dissuasoras e eficazes, e, por conseguinte, não cumprem o disposto no Regulamento de Controlo (Regulamento n.º 1224/2009).

Caso n.º 3:

O terceiro caso está relacionado com uma questão que acontece repetidamente nos documentos da CE. O documento em análise estava, em teoria, dirigido ao Embaixador de Portugal na REPER, no entanto, tal como sucedeu noutros textos, o texto era originalmente direcionado a Espanha mas uma vez que a situação exposta era problemática nos dois países tratava-se apenas de adaptar o texto a cada cultura de chegada. Até este momento isso não foi um problema porque as expressões utilizadas eram sempre vagas (*e.g.* “os navios que arvoram o seu pavilhão” em que se introduziu o país do TC, Portugal). No entanto, mais à frente no texto faz-se referência o país para o qual o texto era inicialmente dirigido.

TP: «In this vein, the sanctions taken by **Spain** towards the vessels which have been repetitively involved in IUU activities cannot be seen as meeting the criteria of Article 27 (8) of the IUU Regulation».

Confrontada com esta referência a outro país e não sabendo, na altura, que era um documento utilizado para ambos os países, tive alguma dificuldade em perceber o motivo de tal referência. Após consultar o colega tradutor que ia rever o texto traduzido retifiquei o erro e a versão final do documento ficou totalmente adaptada à cultura de chegada do mesmo.

TP	TC (versão final)
In this vein, the sanctions taken by Spain towards the vessels which have been repetitively involved in IUU activities cannot be seen as meeting the criteria of Article 27 (8) of the IUU Regulation	Neste sentido, não se pode considerar que as sanções adotadas por Portugal contra os navios que têm estado repetidamente implicados em atividades INN satisfazem os critérios do Regulamento de Controlo.

2.5.5. ECFIN 2012-80050

Tipo de documento: Decisão do Conselho

Línguas de trabalho: Inglês> Português

Tema: Decisão do Conselho dirigida a Espanha relativamente a medidas específicas a tomar por esse país para reforçar a estabilidade financeira.

Função do texto: Referencial (o autor/emissor do texto informa o recetor da sua decisão relativamente a um assunto importante e apresenta uma proposta de trabalho)

Enquadramento:

Este documento aborda uma questão essencial e de elevada importância para a UE: a crise financeira espanhola. Como tal, começa por fazer uma exposição de motivos na qual faz um resumo de situações e datas importantes relacionadas com o intuito das autoridades espanholas de solicitarem assistência financeira externa.

Após a exposição de motivos, o autor/emissor do texto apresenta a proposta de decisão do Conselho relativamente a este assunto.

Caso n.º 1:

A primeira dúvida que surgiu na tradução deste texto foi uma expressão que, embora se leia diariamente nos jornais, pode suscitar dúvidas na procura de um correspondente em português.

TP: «The **burst of the real estate and construction bubble** and the economic recession that followed has adversely affected the Spanish banking sector».

Após a pesquisa que fiz nas ferramentas disponíveis obtive traduções variadas como:

- explosão da bolha imobiliária
- rebentamento da bolha imobiliária
- bolha imobiliária a partir da qual surgiu a crise

Perante estas opções e tendo em vista que nenhuma parecia adequada acabei por decidir traduzir a expressão como “rebentamento da bolha dos setores imobiliário e da construção”. O revisor do texto aceitou esta opção e ficou assim na versão final do documento.

TP	TC (versão final)
The burst of the real estate and construction bubble and the economic recession that followed has adversely affected the Spanish banking sector.	O rebentamento da bolha dos setores imobiliário e da construção e a recessão económica que se seguiu afetaram negativamente o setor bancário espanhol.

Caso n.º 2:

TP: «Spanish credit institutions shall be required to increase their **Common Equity Tier (CET) 1 ratio** to at least 9%».

Neste caso, a expressão sublinhada era totalmente desconhecida. Uma pesquisa rápida no motor de busca Google, referenciou o *website* do Banco de Portugal¹⁹ que define o termo «rácio “Core Tier 1”»:

“O rácio Core Tier 1 estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua atividade. Como tal, este rácio é apurado através do quociente entre o conjunto de fundos próprios designado de “core” e as posições ponderadas em função do seu risco.”

No entanto, ao fazer a pesquisa no Euramis, a memória de tradução induziu em erro pois indicava que a tradução poderia ser “fundo próprio ordinário de nível 1”.

Após a revisão do texto, o colega tradutor alterou a expressão para apenas “rácio de Tier 1”.

TP	TC (versão final)
Spanish credit institutions shall be required to increase their Common Equity Tier (CET) 1 ratio to at least 9%.	As instituições de crédito espanholas devem ser obrigadas a melhorar o seu rácio de Tier 1 para, pelo menos, 9%.

Caso n.º 3:

TP: «These measures include the clean-up of banks balance sheets, increasing minimum capital requirements, restructuring of the savings bank sector, and significantly increasing the provisioning requirements for loans related to Real Estate Development (RED) and **foreclosed assets**».

A expressão “**foreclosed assets**” tinha, segundo a pesquisa efetuada, dois possíveis correspondentes de tradução:

- ativos excluídos
- ativos de encerramento

Não compreendendo a definição da expressão pelo contexto nem pela possível tradução, fiz mais uma pesquisa na qual tentei apurar o seu significado.

¹⁹ Disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/comb20110407.aspx> (última consulta 31/08/2012)

Na base de dados IATE, uma busca com a palavra “foreclosure” apresentou vários resultados:

- execução hipotecária
- encerramento do mercado
- efeito de encerramento do mercado

Após esta busca e uma análise dos termos encontrados, decidi escolher a opção anterior, “ativos excluídos” por considerar que era a mais ilustrativa do significado da expressão. Após a revisão e tendo em vista que este era um parágrafo longo e bastante complexo, a versão final ficou um pouco diferente do original por uma questão de coerência e simplicidade.

TP	TC (versão final)
These measures include the clean-up of banks balance sheets, increasing minimum capital requirements, restructuring of the savings bank sector, and significantly increasing the provisioning requirements for loans related to Real Estate Development (RED) and foreclosed assets .	Estas medidas incluem o saneamento dos balanços dos bancos, o aumento dos requisitos mínimos de capital, a reestruturação do setor das caixas de poupança e o aumento significativo das exigências de provisionamento para a concessão de empréstimos relacionados com a promoção imobiliária e para os bens penhorados na sequência de incumprimento .

2.5.6. CLIMA 2012 - 214

Tipo de documento: Carta da DG CLIMA

Línguas de trabalho: Inglês > Português

Tema: Carta da DG CLIMA dirigida ao Embaixador da Representação Permanente de Portugal junto da EU acerca de substâncias regulamentadas que empobrecem a camada de ozono e sobre a aplicação de um artigo relativo às utilizações laboratoriais essenciais.

Função do texto: Referencial (o emissor/autor do texto, dirigindo-se à REPER, informa acerca da aplicação do referido artigo.

Enquadramento:

Este documento é uma carta da Direção-Geral Ação Climática à REPER cujo assunto é a aplicação do artigo 10.º relativo às utilizações laboratoriais essenciais, ou seja, a utilização de substâncias regulamentadas que empobrecem a camada de ozono para fins laboratoriais e analíticos.

Caso n.º1:

A primeira dúvida que surgiu, tal como já havia surgido noutros textos, foi a questão do nome e morada do recetor da carta. Inicialmente, esta carta teria sido enviada para a Representação Permanente da Dinamarca na UE sendo que estava dirigida à Embaixadora desse país. Tendo em vista que a carta deveria ser adaptada ao público-alvo da cultura de chegada, Portugal, tive de fazer essa alteração e por os dados correspondentes em português.

TP	TC (versão final)
Ellen Hvidt Thelle Permanent Representation of Denmark to European Union Rue d'Arlon 73 Bruxelles B-1040	S. Ex. ^a o Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia Embaixador Fezas Vital Avenue de Cortenbergh 12/22 B-1040 BRUXELLES

Caso n.º 2:

Ainda relacionado com a questão anterior, tive de fazer de novo uma adaptação de um termo geral e concretizá-lo relativamente ao país da cultura de chegada.

TP: «In line with Article 28(1) of the Regulation I am, therefore, asking you to investigate this further and to ensure that Article 10 of the Regulation is properly enforced **in your Member State**».

Tendo em consideração que a carta em análise iria ser adaptada, possivelmente, a várias culturas de chegada, cada tradutor teria de fazer essa adaptação de forma a tornar o texto uma tradução instrumental (cf. Nord, 2006).

TP	TC (versão final)
In line with Article 28(1) of the Regulation I am, therefore, asking you to investigate this further and to ensure that Article 10 of the Regulation is properly enforced in your Member State .	Em conformidade com o artigo 28.º, n.º 1, do Regulamento, solicito a V. Exa., por conseguinte, que investigue esta situação e assegure a correta aplicação do artigo 10.º do Regulamento em Portugal .

Caso n.º 3:

TP: «Yours sincerely,»

A tradução da despedida de uma carta não seria problemática caso se tratasse de uma carta menos formal do que a que está em análise. Neste caso, por ser dirigida a um Embaixador, nunca poderia ser utilizada uma despedida comum das cartas formais (*e.g.* Com os melhores cumprimentos,).

Tendo isso em consideração, fiz uma pesquisa na base de dados Euramis que indicou qual a forma de tratamento correta em cartas dirigidas a altos cargos, nomeadamente, neste caso, ao Embaixador da REPER.

TP	TC (versão final)
Yours sincerely	Queira aceitar, Senhor Embaixador, a expressão da minha mais elevada consideração,

É importante notar que a forma de tratamento em português, tal como o tipo de discurso utilizado, em geral, nos documentos da CE, é sempre muito mais formal do que em inglês.

3. Conclusão

O estágio que fiz na DGT teve como objetivo pôr em prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos e a consolidação dos mesmos num ambiente de trabalho exigente e estimulante a fim de ganhar a experiência no ramo da tradução que não tinha até então. Analisando o estágio em retrospectiva e pensando em tudo o que aprendi, creio poder afirmar que este objetivo foi alcançado com sucesso.

Ao longo do mestrado fui sempre incentivada a trabalhar e a aprender mais acerca da tradução. Aprendi a aplicar conhecimentos teóricos ao trabalho prático e trabalhar com prazos reais de trabalho. A formação que me foi dada e que abrangia sempre um vasto leque de temas e disciplinas, foi em grande parte o motivo para a realização bem-sucedida do estágio. Estagiar na DGT era a minha ambição desde sempre e penso que, caso não tivesse sido tão bem preparada para isso, não teria sido uma experiência tão enriquecedora.

O trabalho desenvolvido ao longo de um ano e meio de aulas e trabalho permitiu-me não só adquirir fundamentos teóricos que ajudam o tradutor no seu trabalho mas também adquirir experiência na área através de todos os exercícios que implicavam trabalho de tradução, revisão e gestão que são aspetos com que um tradutor profissional lida diariamente. O facto de ter sido exposta a uma formação em que o trabalho prático era avaliado como se fosse trabalho real fez com que nunca tivesse tido problemas de adaptação ao fluxo de trabalho e aos prazos com que trabalhei ao longo do estágio na DGT.

Este estágio permitiu-me adquirir muita experiência de tradução nas mais variadas áreas além de me ter dado a oportunidade de trabalhar com profissionais extremamente qualificados que me apoiaram e ensinaram muito acerca da tradução no contexto das instituições europeias.

Todas as áreas em que trabalhei foram um desafio importante pois todos têm as suas especificidades. O maior desafio de todos foi aprender a utilizar o vocabulário próprio da UE mais concretamente da Comissão Europeia ao mesmo tempo que interiorizava o funcionamento do trabalho nas instituições e a complexidade que cada documento apresenta a todos os níveis.

No entanto, importa referir que, embora o estágio tenha durado cinco meses, o trabalho realizado na DGT é um pouco repetitivo, ou seja, ainda que os temas sejam variados e que o estagiário aprenda muito a partir deles, após algum tempo a traduzir estes documentos o trabalho torna-se um pouco automático porque se repete muito. Ainda assim, penso que estagiar na DGT é a melhor forma de se começar uma carreira de tradutor e que é uma experiência extremamente enriquecedora. Para mim representou o culminar da minha formação em que a teoria e a prática se complementaram e estou certa de que, futuramente, será uma mais-valia na minha carreira como tradutora.

4. Bibliografia

BAKER, Mona. 1992. "In Other Words - Coursebook on Translation". London: Routledge.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Lindley. 1984. "Nova gramática do português contemporâneo". 2ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa

ECO, Umberto. 1997. "Como se faz uma tese em ciências humanas". 13.ª ed. Lisboa: editorial Presença.

McMILLAN, Kathleen e WEYERS, Jonathan. 2011. "How to write dissertations & project reports". 2.ª ed. England: Pearson Education Limited

NORD, Christiane. 2006. "Translating as a purposeful activity: a prospective approach". In TEFLIN Journal - A publication on the teaching and learning of English, Vol.17, N.º 2, p. 131-143. Disponível em: <http://journal.teflin.org/index.php/teflin/article/view/108/96> (Última consulta: 28/08/2012).

PYM, Anthony. 2004. "Text and Risk in Translation". In Maria Sidiropoulou & Anastasia Papaconstantinou, (eds.) Choice and Difference in Translation. The Specifics of Transfer. Athens: University of Athens, p. 27-42 in Disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/online/translation/risk_analysis.pdf (Última consulta: 30/08/2012).

5. Referências digitais e online

Dicionário da Infopédia (disponível em <http://www.infopedia.pt/>) (última consulta 29/08/2012)

Houaiss Eletrónico. 2009. Versão monousuário 3.0. Editora Objetiva Ltda

Revista *A Folha*, boletim da língua portuguesa nas instituições europeia, n.º 37, outono de 2011, Disponível em http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf (última consulta 28/12/2012)

Revista *A Folha*, boletim da língua portuguesa nas instituições europeia, n.º 39, verão de 2012, disponível em http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha39_pt.pdf (última consulta 29/12/2012)

Website da DGT disponível em http://ec.europa.eu/dgs/translation/translating/index_en.htm (última consulta 29/08/2012)

6. Anexos

Anexo I: Lista de traduções realizadas

Para que a leitura dos documentos de partida e de chegada se torne mais fácil, todos os textos apresentados na análise figuram na pasta ANEXOS do CD-ROM fornecido com os exemplares impressos. No presente relatório figuram apenas alguns dos textos mais ilustrativos. Segue-se uma tabela onde estão registadas todas as traduções realizadas ao longo do estágio.

Suivi - Print Liste d'actions

Page 1 01 3

Dgt - Suivi - Liste des actions Thu 26-Jul-2012 09:43

Nombre d'actions : 54 - Actions affichées : 1 > 54 - Volume total : 185 pages - Critères de sélection: Année = 2012, Personne = dossami

Référence demande	Type tâche	Volume action	Langue source	Statut tâche	Personne	Décal tâche	Titre du document
AGRI/2012/60842/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	21/03/2012	Communication Art 13(2) -...
CLIMA/2012/00214/00/00	TRA	4.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	18/06/2012	enforcement of Article 10...
ECFIN/2012/80050/01/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	13/07/2012	Proposal for a Council De...
ECFIN/2012/80050/00/00	TRA	7.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	13/07/2012	Recommendation for a Coun...
ECFIN/2012/00203/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	11/06/2012	New national sides of eur...
ENER/2012/80022/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	22/03/2012	COMMISSION OPINION -dispo...
ENER/2012/00200/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	20/03/2012	Establishment of the annu...
ENV/2012/00351/00/00	TRA	3.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	11/06/2012	SLA - Revision of Art. 6(...
ENV/2012/00204/03/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	07/06/2012	SLA - Soil sealing guidel...
ENV/2012/00204/02/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	07/06/2012	SLA - Soil sealing guidel...
ENV/2012/00204/00/01	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	07/06/2012	SLA - Soil sealing guidel...
ENV/2012/00204/01/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	07/06/2012	SLA - Soil sealing guidel...
ENV/2012/00204/00/00	TRA	94.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	07/06/2012	SLA - Soil sealing guidel...
MARE/2012/00192/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	19/03/2012	Art. 26 (3) of the EU IUU...
MARE/2012/00189/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	16/03/2012	TEMPLATE ART. 26 RECIDIVI...
MOVE/2012/80074/00/00	TRA	12.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	09/07/2012	2011 ANNUAL REPORT ON COM...
MOVE/2012/00676/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	31/05/2012	DECISION No 1/2012 of the...
MOVE/2012/80041/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	22/03/2012	Commission Regulation on ...
MOVE/2012/00364/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	20/03/2012	SES Reporting - Assessmen...
PP/2012/00348/00/00	TRA	3.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	21/03/2012	Environment, Europeans ca...
QE/2012/05771/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	25/07/2012 (1)	E-6037/12(1)_Finalized re...

http://yuma.cc.cec.eu.int:6082/DGT/portal/app_suivi/actions/print_lst_result_act.cfm?... 26/07/2012

					RAMALHETE GOMES Maria		
QE/2012/02445/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	27/03/2012	E-1651/12(1)_Réponse fina...
QE/2012/02415/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	27/03/2012	E-1583/12(1)_Réponse fina...
QE/2012/02383/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	26/03/2012	E-1653/12(1)_Réponse fina...
QE/2012/02371/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	26/03/2012	E-1435/12(1)_Finalized re...
QE/2012/02261/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	20/03/2012	E-1830/12(1)_Finalized re...
QE/2012/02237/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	20/03/2012	E-1663/12(1)_Finalized re...
QE/2012/02227/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	20/03/2012	E-1220/12(1)_Finalized re...
QE/2012/02194/00/00	TRA	1.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	19/03/2012	E-1590/12(1)_Finalized re...
QE/2012/02219/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	19/03/2012	E-1445/12(1)_Finalized re...
RTD/2012/00046/00/00	TRA	2.00	EN -> PT	Exécuté	DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES Maria	17/07/2012	DG's reply to the Univers...

DG de la Traduction

Anexo II: Relatório da coorientadora de estágio



EUROPEAN COMMISSION - COMMISSION EUROPEENNE
Directorate-General for Education and Culture - Direction générale de l'éducation et de la culture

Traineeship Office - Bureau des Stages

Brussels, 16/07/2012

In-service training report (filled by the trainee's adviser)

Name of the trainee	Maria DOS SANTOS SILVA RAMALHETE GOMES
Training period (from/to)	01/03/2012 - 31/07/2012
Directorate-General	Translation Service
Service	Portuguese-language unit 2
Name of the Adviser	Maria-Teresa SOARES

Task description

Translation of technical and legislative texts from English into Portuguese, using DGT databases and work tools: TWB, IATE, Quest, Euramis, Eurlex, on-line dictionaries, as well as other sources of information and reference material available on-line.

Adviser's appreciation

Inês Ramalhete Gomes was a motivated trainee, always willing to accept challenging translations in all areas covered by our Unit: Environment, Transport, Energy, Economy and Finance, Agriculture, Fisheries. She participated actively in the daily translation tasks, making appropriate use of the translation tools currently employed. She was open and responsive to feedback and suggestions from all colleagues.

Maria-Teresa SOARES

Date and signature

Brussels, 16/07/2012



EUROPEAN COMMISSION
DIRECTORATE-GENERAL
CLIMATE ACTION
Directorate C - Mainstreaming Adaptation and Low Carbon Technology
CLIMA.C.2 - Transport and Ozone

Brussels,
CLIM/PO/AK/ak Ares(2012)

Ellen Hvidt Thelle
Permanent Representation of Denmark
to European Union
Rue d'Arlon 73
Bruxelles
B-1040

Subject: enforcement of Article 10 on essential laboratory uses

Dear Ms HVIDT THELLE,

Article 10 of Regulation (EC) No 1005/2009 ("the Regulation") regulates the use of controlled ozone-depleting substances ("ODS")¹ for laboratory and analytical purposes ("laboratory uses"). The Article rules that controlled substances except hydrochlorofluorocarbons may be placed on the market and used only for essential laboratory and analytical uses. A non exhaustive list of essential and non-essential uses is included in Commission Regulation (EC) No 291/2011. Undertakings using any ODS for laboratory uses shall register with the Commission indicating the substance to be used, the purpose, the estimated annual consumption and the suppliers of those substances.

The Commission has analysed the data provided so far. Since the database was established in 2003 about 10500 undertakings have registered. Although, some undertakings have registered more than once. With the introduction of the Regulation the submission of the substance specific information as indicated above became necessary. For technical reasons this was put into effect in November 2009, shortly before the Regulation became formally applicable. Since then about 1900 undertakings registered or updated existing registrations with substance specific data. This information was used for the analysis. It reflects reasonably well the current uses of ODS in laboratories.

The data shows that:

¹ Article 10 as a whole excludes hydrochlorofluorocarbons, however Article 11 indicates that Article 10(3) to (7) shall apply mutatis mutandis. As this letter is mainly about these provisions for simplicity of language this letter refers to all controlled substances unless mentioned otherwise in the cases that refer to other subparagraphs that do not apply to hydrochlorofluorocarbons.

- a notable number of undertakings that register indicate uses that are non-essential. This concerns in particular the use of ODS for the determination of hydrocarbons, an application which has been banned for many years ,
- the data provided is insufficient and does not allow a definite classification and evaluation of "essentiality",
- a portion of the estimated annual demand appears to be for uses that are actually not "essential". This raises the question how much of the quantities placed on the market are actually for eligible essential uses,
- in some Member States no, or only a very small number of, undertakings registered. Considering the widespread use of ODS in laboratories and the large number of laboratories, this raises concern.

In summary, the result of this analysis appears to suggest that there might be a lack of awareness of the existing use bans and related limitations in many of the undertakings concerned. I wish to highlight that every case of non-essential use forms a case non-conformity with the placing on the market ban. The frequent use of ODS for non-essential uses could lead to the conclusion that producers and importers do not sufficiently ensure that laboratory chemicals are placed on the market only for essential uses.

You will find attached an extract from the database listing those undertakings where the first evaluation by the Commission came to the result that the indicated use is actually non-essential or where insufficient information was provided to evaluate the essentiality. Further information about the evaluation process and the data contained in the annex is included on the first page of the annex. The responsible persons for ozone layer protection in the designated competent authority have access to the database.

In view of the situation, I believe that a dual approach might be most appropriate to address the issue:

- following up on the cases that appear most serious within a short time period. In these cases it might be necessary to also involve the indicated supplier.
- raising awareness on national level and amongst key undertakings.

The list of undertakings in the annex starts with those cases that are likely to be most serious. This can for example be due to a high or relatively high volume involved or because there may be a problematic violation of Regulation.

While there is a large number of undertakings with laboratories using ODS, there is only a small number of undertakings that place ODS on the market for the first time. The data appear to suggest that despite the corresponding prohibition notable volumes are placed on the market for non-essential uses. It might be more efficient to remind these undertakings about the existing placing on the market prohibition.

In this context it is noteworthy that some suppliers appear to offer ODS in their online-catalogues in containers larger than 3 litres although the placing on the market would be prohibited by the Regulation.

In line with Article 28(1) of the Regulation I am, therefore, asking you to investigate this further and to ensure that Article 10 of the Regulation is properly enforced in your Member State. You are kindly requested to reply no later than 30 November 2012. Your reply should include the result of your activities with regard to each of the indicated priority cases, the activities undertaken to raise the general awareness for the restrictions under Article 10 as well as any other activity you may have undertaken to ensure future compliance with Article 10.

Yours sincerely,

Philip Owen
Head of Unit

Copies: Competent Authorities of the Member States concerned



COMISSÃO EUROPEIA
DIREÇÃO-GERAL
AÇÃO CLIMÁTICA
Direção C - Integração da Adaptação e Tecnologias Hipocarbónicas
CLIMA.C.2 - Transportes e Ozono

Bruxelas,
CLIM/PO/AK/ak Ares (2012)

S. Ex.^a o Representante Permanente de
Portugal junto da União Europeia
Embaixador Domingos Fezas Vital
Avenue de Cortenberg 12/22
B-1040 BRUXELLES

Assunto : aplicação do artigo 10.º relativo às utilizações laboratoriais essenciais

Senhor Embaixador,

O artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1005/2009 («o Regulamento») estabelece disposições sobre a utilização de substâncias regulamentadas que empobrecem a camada de ozono («ODS»)¹ para fins laboratoriais e analíticos («utilizações laboratoriais»). O artigo determina que as substâncias regulamentadas, com exceção dos hidroclorofluorocarbonetos, podem ser colocadas no mercado apenas para utilizações laboratoriais e analíticas essenciais. No Regulamento (CE) n.º 291/2011 da Comissão é incluída uma lista não exaustiva de utilizações essenciais e não essenciais. As empresas que utilizam ODS para utilizações laboratoriais devem registar-se junto da Comissão, indicando as substâncias a utilizar, a finalidade, o consumo anual estimado e os fornecedores das referidas substâncias.

A Comissão analisou os dados fornecidos até à data. Desde que a base de dados foi criada, em 2003, foram registadas cerca de 10 500 empresas. Contudo, algumas empresas registaram-se mais do que uma vez. Com a introdução do Regulamento, tornou-se necessário enviar informações específicas sobre a substância, tal como indicado acima. Por razões técnicas, esta medida entrou em vigor em novembro de 2009, pouco antes da aplicação formal do Regulamento. Desde então, cerca de 1900 empresas registaram-se ou atualizaram os registos existentes com dados específicos relativos às substâncias. Estas informações foram utilizadas para a análise. Dão uma boa imagem das atuais utilizações de ODS em laboratório.

Os dados revelam que:

¹ O artigo 10.º, no seu conjunto, exclui os hidroclorofluorocarbonetos, mas o artigo 11.º indica que o artigo 10.º, n.ºs 3 a 7, deve aplicar-se *mutatis mutandis*. Uma vez que a presente carta diz respeito essencialmente a essas disposições, para fins de simplicidade, faz-se referência a todas as substâncias regulamentadas, salvo indicação em contrário nos casos relativos a outras alíneas que não se aplicam aos hidroclorofluorocarbonetos.

- um número considerável das empresas que se registaram indicam utilizações que não são essenciais. É, em especial, o caso da utilização de ODS para a determinação de hidrocarbonetos, uma aplicação proibida há muitos anos,
- os dados fornecidos são insuficientes e não permitem uma classificação precisa e a avaliação do carácter «essencial»,
- uma parte do consumo anual estimado parece destinada a utilizações que, na realidade, não são «essenciais». Isto levanta a questão de saber em que medida as quantidades colocadas no mercado são efetivamente destinadas a utilizações essenciais e elegíveis,
- em alguns Estados-Membros poucas empresas, ou nenhuma, se registaram. Tendo em conta a utilização generalizada de ODS em laboratórios e a grande quantidade de laboratórios existentes, isto é motivo para preocupação.

Em resumo, o resultado desta análise parece sugerir que poderia existir um desconhecimento das proibições de utilização existentes e das limitações relacionadas com as mesmas, em muitas das empresas em causa. Gostaria de salientar que cada caso de utilização não essencial constitui um caso de incumprimento da proibição de colocação no mercado. A utilização frequente de ODS para utilizações não essenciais poderia levar a concluir que os produtores e os importadores não asseguram de modo adequado que os produtos químicos laboratoriais são colocados no mercado apenas para utilizações essenciais.

Em anexo enviamos um ficheiro extraído da base de dados, com uma lista das empresas avaliadas pela Comissão, tendo esta concluído, numa primeira avaliação, que a utilização indicada não é essencial ou que a informação fornecida é insuficiente para avaliar o carácter essencial. Na primeira página do anexo podem ser consultadas mais informações sobre o processo de avaliação e os dados contidos no mesmo. As pessoas responsáveis pela proteção da camada de ozono na autoridade competente designada têm acesso à base de dados.

Tendo em conta a situação, uma dupla abordagem pode ser a mais adequada para resolver o problema:

- assegurar o acompanhamento dos casos que parecem mais graves a breve prazo. Nestes casos, poderá ser necessário contar também com a participação do fornecedor indicado.
- sensibilizar a nível nacional e entre as principais empresas.

A lista de empresas no anexo começa com os casos que parecem mais graves, por exemplo, devido ao volume elevado ou relativamente elevado envolvido ou por poder haver uma violação grave do Regulamento.

Embora exista um grande número de empresas cujos laboratórios utilizam ODS, apenas algumas colocam estas substâncias no mercado pela primeira vez. Os dados parecem sugerir que, apesar da proibição, há grandes volumes que são colocados no mercado para utilizações não essenciais. Pode ser mais eficaz recordar a estas empresas a atual proibição de colocação no mercado.

Neste contexto, registamos que alguns fornecedores parecem disponibilizar ODS nos seus catálogos *online*, em recipientes de capacidade superior a 3 litros apesar de a colocação no mercado ser proibida pelo Regulamento.

Em conformidade com o artigo 28.º, n.º 1, do Regulamento, solicito a V. Exa., por conseguinte, que investigue esta situação e assegure a correta aplicação do artigo 10.º do Regulamento em Portugal. Agradecemos que respondesse o mais tardar até 30 de novembro de 2012. A resposta deve incluir o resultado das suas atividades, relativamente a cada um dos casos prioritários indicados, as atividades desenvolvidas para criar sensibilização para as restrições nos termos do artigo 10.º, bem como qualquer outra medida que tenha tomado para assegurar o futuro cumprimento do artigo 10.º.

Queira aceitar, Senhor Embaixador, a expressão da minha mais elevada consideração,

Philip Owen
Chefe de Unidade

Com conhecimento: Autoridades Competentes dos Estados-Membros em causa

Anexo IV: ECFIN 2012-80050

ECfin-2012-80050



EUROPEAN COMMISSION

Brussels, XXX
[...] (2012) XXX draft

Recommendation for a

COUNCIL DECISION

[addressed to Spain on specific measures to reinforce financial stability]

EN

EN

EXPLANATORY MEMORANDUM

1. CONTEXT OF THE PROPOSAL

Spain has recently come under increasing pressure in financial markets. Market uncertainty has centred on the situation of the banking sector, which has been adversely affected by the burst of the real estate and construction bubble and the economic recession that followed. As a result, several Spanish banks have accumulated large stocks of problematic assets raising concerns about viability of some of these banks.

On 9 June, the Eurogroup was informed about Spanish authorities' intention to apply for financial assistance to recapitalize its banking sector. The Eurogroup stated that it was willing to respond favourably to such a request and committed to granting Spain financial assistance, covering estimated capital requirements with an additional safety margin, estimated as summing up to EUR 100 billion in total.

On 25 June 2012, the Spanish Government requested external financial assistance in the context of the ongoing restructuring and recapitalisation of the Spanish banking sector. A formal request was submitted following the publication on 21 June 2012 of the results of the first stage of the independent evaluation of the balance sheets of banks. The assistance is sought under the terms of the Financial Assistance for the Recapitalisation of Financial Institutions by the EFSF.

Following this request, the European Commission in liaison with the ECB, the European Banking Authority (EBA) and the IMF conducted an independent assessment of the eligibility of Spain's request for such assistance. This assessment concluded that Spain fulfils the eligibility conditions.

The Heads of State and Government at the Euro Area Summit of 29 June 2012 specified that the assistance will subsequently be taken over by the ESM, once this institution is fully operational, without gaining seniority status. When a single supervisory mechanism for banks in the euro area, involving the ECB, is established, the ESM could have the possibility to recapitalise the banks directly via a new instrument.

Recommendation for a

COUNCIL DECISION

[addressed to Spain on specific measures to reinforce financial stability]

THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union, (TFEU), and in particular Article 136(1)(a) in accordance with the procedure of Article 126(6) thereof,

Having regard to the recommendation from the Commission,

Whereas:

- (1) Article 136(1)(a) TFEU foresees the possibility of adopting measures specific to the Member States whose currency is the euro with a view to strengthening the coordination and surveillance of their budgetary discipline.
- (2) The Spanish banking sector has been adversely affected by the burst of the real estate and construction bubble and the economic recession that followed. As a result, with the exception of a few large and internationally diversified credit institutions, Spanish banks have largely lost access to wholesale funding markets on affordable terms and, thus, have become highly dependent on Eurosystem refinancing. In addition, their borrowing capacity has been severely limited by the impact of rating downgrades on collateral availability.
- (3) The sizeable contraction of the economy in recent years, which is affecting employment and unemployment in a very negative way, has deteriorated substantially the budgetary position in Spain. According to a Commission services' update of the 2012 Spring Forecast, the general government deficit is projected at 6.3% of GDP in 2012, which compares to an expected deficit of 5.3% of GDP in the 2012 stability programme and the draft 2012 budget law. Gross public debt rose to 68.5% of GDP in 2011, and according to the Commission services' update of the 2012 Spring Forecast it is expected to surge to 80.9% of GDP in 2012 and to 86.8% in 2013, based on a no-policy-change scenario, thus exceeding the Treaty reference value in all years. Risks related to the macroeconomic scenario and the budgetary targets, as well as to additional financial rescue measures, may contribute to a further increase in public debt. In view of these developments, on [10 July 2012] the Council issued a recommendation to Spain under Article 126(7) TFEU to put an end to the present excessive deficit situation by 2014.
- (4) The Spanish authorities have taken a number of important measures to address the problems in the banking sector. These measures include the clean-up of banks balance sheets, increasing minimum capital requirements, restructuring of the savings bank sector, and significantly increasing the provisioning requirements for loans related to

EN

EN

Real Estate Development (RED) and foreclosed assets. These measures, however, have not been sufficient to alleviate market pressure.

- (5) In February 2011, the Spanish authorities raised the minimum capital ratio requirement (“capital principal”) to 8% of banks' risk weighted assets and gave banks until September 2011 to comply with this new regulation. For banks more dependent on wholesale funding and characterized by a limited market access the minimum capital ratio was increased to 10%. In February and May 2012, new legislation required banks to build higher provisions and capital buffers against possible losses on both performing and non-performing loans on the legacy stock of construction and real estate assets. The expected overall volume of these new provisioning requirements amounted to approximately EUR 84 billion.
- (6) As of April 2012, the total gross financial contribution by the Spanish State (excluding bond issuance guarantees) amounted to about EUR 34 billion (3.2% of GDP). The capital support was provided via the Fund for Orderly Bank Restructuring (FROB) endowed with a capital of EUR 15 billion, of which EUR 9 billion were already paid in. The State has also provided guarantees to bank senior bond issues amounting to about EUR 86 billion (out of this total, about EUR 58 billion guarantees are outstanding). Although the FROB still had a remaining funding capacity of about EUR 27 billion (as of April 2012), available domestic public sector support will not be sufficient to provide a sufficiently large backstop for conducting the required system-wide clean-up of the banking sector.
- (7) Concerns about the need for further banking sector recapitalisation have contributed to increasing market pressures on Spanish government bonds. Sovereign bond yields have reached levels of well over 500 bps. in late June 2012 and early July 2012, increasing the funding costs for the Spanish sovereign. The rising interest burden adds to the challenge of consolidating public finances in Spain and correcting the excessive deficit. Therefore, comprehensive banking sector restructuring and recapitalisation is an important element in reducing pressure on public finances.
- (8) On 25 June 2012, the Spanish authorities officially requested financial assistance in the context of the ongoing restructuring and recapitalisation of the Spanish banking sector. The assistance is sought under the terms of the Financial Assistance for the Recapitalisation of Financial Institutions by the EFSF. The assistance provided is subject to specific financial sector conditionality. This conditionality should be fully consistent with the coordination measures adopted within the framework of the EU Treaties, in particular those contained in this Decision.
- (9) Increasing long-term resilience of the Spanish banking sector is critical to preserve financial stability in Spain and limit the contagion of financial stress to other euro-area economies and, thus to avert adverse effects on the proper functioning of the economy and of economic and monetary union. Further measures are therefore necessary in addition to obligations of Spain under the excessive deficit procedure and the recommendations to address macroeconomic imbalances within the framework of the European Semester. In particular, Spain should implement additional specific measures to effectively deal with legacy assets, restore market-based funding, reduce banks' reliance on central bank liquidity support, and to enhance the risk identification and crisis management mechanisms.

- (10) As part of the overall strategy, it is key to effectively deal with the legacy assets by requiring a clear segregation of problematic assets of aided banks from the banks' balance sheets. This should apply, in particular, for loans related to RED and foreclosed assets. Such segregation would remove any remaining doubts about the quality of the banks' balance sheets, allowing them to better carry out their financial intermediation function.
- (11) In addition, improving the transparency of banks' balance sheets in this manner can facilitate an orderly downsizing of bank exposures to the real estate sector, restore market-based funding, and reduce banks' reliance on central bank liquidity support.
- (12) Ensuring a sound framework for the Spanish banking sector requires that the risk identification and crisis management mechanisms are enhanced. An effective strategy should comprise of changes aimed at strengthening of the regulatory and supervisory framework, taking into account the experiences of the financial crisis. In addition, corporate governance shall be enhanced in line with international best practices,

HAS ADOPTED THIS DECISION:

Article 1

- 1. With a view to restoring confidence in the financial sector and thereby stabilizing its fiscal situation, Spain shall adequately recapitalise and thoroughly restructure its banking system. In that regard, Spain shall develop and agree in coordination with the European Commission and in consultation with the ECB a strategy for the future structure, functioning and viability of the Spanish banks which will identify how to ensure that they are able to operate without further state support.
- 2. The key components of this strategy shall be an overhaul of the weak segments of the Spanish banking sector and a strengthening of the regulatory and supervisory frameworks for the banking sector.
- 3. The overhaul of the weak segments of the Spanish banking sector shall be comprised of the following three elements:
 - (a) identification of individual bank capital needs through a comprehensive asset quality review of the banking sector and a bank-by-bank stress test, based on that asset quality review;
 - (b) recapitalization, restructuring and/or resolution in an orderly way of weak banks, based on plans to address any capital shortfalls identified in the stress test;
 - (c) segregation of assets in those banks receiving public support in their recapitalization effort and their transfer of the impaired assets to an external Asset Management Company (AMC).
- 4. In order to ensure a sound framework for the banking sector, Spain shall also strengthen the regulatory and supervisory frameworks as well as reinforce governance. The strategy shall *inter alia* include the following measures:

- (a) Spanish credit institutions shall be required to increase their Common Equity Tier (CET) 1 ratio to at least 9%;
- (b) from 1 January 2013, Spanish credit institutions shall be required to apply the definition of capital established in the Capital Requirements Regulation (CRR), observing the gradual phase-in period foreseen in the future CRR, to calculate their minimum capital requirements established in the EU legislation;
- (c) the legal framework for loan-loss provisioning shall be re-assessed. In particular, on the back of the experiences of the financial crisis, the Spanish authorities shall make proposals to revamp the permanent framework for loan loss provisioning, taking into account the temporary measures introduced during the past months, as well as the EU accounting framework;
- (d) the operational independence of the Banco de España shall be further strengthened. In particular, the sanctioning and licensing powers of the Ministry of Economy shall be transferred to the Banco de España;
- (e) the supervisory procedures of Banco de España shall be further enhanced based on an internal audit;
- (f) the governance arrangements of the financial safety net agencies shall be reviewed to avoid potential conflicts of interest;
- (g) the governance of the savings bank sector and of the banks owned by savings banks shall be strengthened.

Article 2

This Decision is addressed to the Kingdom of Spain.

Article 3

This Decision shall be published in the *Official Journal of the European Union*.

Done at Brussels,

*For the Council
The President*

EN

EN



EUROPEAN COMMISSION

Brussels, XXX
[...](2012) XXX draft

Proposal for a

COUNCIL DECISION

addressed to Spain on specific measures to reinforce financial stability

EN

EN

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

CONTEXTO DA PROPOSTA

A Espanha tem sido recentemente sujeita a uma pressão crescente nos mercados financeiros. A ~~incerteza~~~~insegurança~~ ~~sentida~~ ~~nesses~~ ~~mercados~~ ~~está~~ ~~principalmente~~ ~~ligada~~ ~~entre-se~~ ~~na~~ ~~à~~ situação do setor bancário, que ~~tem~~ ~~sido~~ ~~prejudicada~~ ~~foi~~ ~~afetado~~ pelo rebentamento da bolha ~~dos~~ ~~setores~~ ~~imobiliária~~ e da construção e pela recessão económica que se seguiu. Como resultado, vários bancos espanhóis acumularam grandes quantidades de ativos problemáticos, suscitando preocupações quanto à viabilidade de alguns desses bancos.

Em 9 de junho, o Eurogrupo foi informado acerca da intenção das autoridades espanholas de solicitarem apoio financeiro para recapitalizarem o seu setor bancário. O Eurogrupo declarou estar disposto a responder favoravelmente a esse pedido e comprometeu-se a conceder assistência financeira a Espanha, cobrindo as exigências de capital, ~~acrescidas~~ ~~de~~ ~~em~~ uma margem de segurança ~~adicional~~, num montante total ~~estimada~~ ~~em~~ ~~cerca~~ ~~de~~ 100 mil milhões de euros ~~no~~ ~~total~~.

A 25 de junho de 2012, o Governo espanhol solicitou assistência financeira externa no contexto da reestruturação e da recapitalização em curso do setor bancário espanhol ~~em~~ ~~curso~~. No dia 21 de junho de 2012 foi apresentado um pedido formal na sequência da publicação dos resultados da primeira fase da avaliação independente dos balanços dos bancos. A assistência é requerida ~~pelos~~ ~~FEFF~~ ~~nos~~ ~~termos~~ ~~a~~ ~~título~~ da assistência financeira do FEFF para a recapitalização das instituições financeiras.

Na sequência deste pedido, a Comissão Europeia, em cooperação com o Banco Central Europeu, a Autoridade Bancária Europeia (ABE) e o FMI, realizou uma avaliação independente da elegibilidade do pedido da Espanha para essa assistência. Esta avaliação concluiu que a Espanha cumpre as condições de elegibilidade.

Os Chefes de Estado e de Governo, na Cimeira da área do euro de 29 de junho de 2012, especificaram que a assistência será subsequentemente levada a cabo pelo MEE, assim que esta instituição esteja plenamente operacional, sem adquirir ~~um~~ ~~o~~ estatuto de credor preferencial. Quando for estabelecido um único mecanismo de supervisão para os bancos na área do euro, ~~incluindo~~ ~~em~~ ~~que~~ ~~participará~~ o BCE, o MEE poderá ter a possibilidade de recapitalizar diretamente os bancos ~~diretamente~~ por intermédio de um novo instrumento.

EN

EN

DECISÃO DO CONSELHO

[dirigida à Espanha que estabelece sobre medidas específicas destinadas a reforçar a estabilidade financeira]

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente o artigo 136.º, n.º 1, alínea a), em conformidade com o procedimento previsto no artigo 126.º, n.º 6,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 136.º, n.º 1, alínea a), do TFUE prevê a possibilidade de serem adotadas medidas específicas para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro com o objetivo de reforçar a coordenação e a supervisão da respetiva disciplina orçamental.
- (2) A ~~abundante disponibilidade de financiamento externo e o~~ baixo custo ~~de~~ financiamento externo nos anos 2000, alimentaram ~~o~~ uma procura interna financiada pelo crédito e uma forte expansão dos ativos em Espanha, concentrados, em especial, ~~em bens imóveis no~~ setor imobiliário. O rebentamento da bolha ~~dos setores~~ imobiliária e da construção e a recessão económica que se seguiu afetaram ~~o~~ negativamente o setor bancário espanhol. Por conseguinte, com exceção de algumas ~~grandes~~ grandes instituições de crédito ~~grandes e diversificadas a nível internacional~~, os bancos espanhóis perderam ~~em grande parte~~ medida do acesso aos mercados de financiamento por grosso em condições comportáveis e, assim, tornaram-se muito dependentes do refinanciamento do Eurosistema. Além disso, a sua capacidade de contração de empréstimos foi fortemente limitada ~~pel~~ repercussão que as diminuições ~~impacto~~ das ~~notações~~ tiveram na ~~relativa à disponibilidade~~ de ~~de~~ garantias.
- (3) A ~~grande importante~~ grande importante contração da economia ~~dos nos~~ nos últimos anos, que está a afetar negativamente o emprego e o desemprego, deteriorou substancialmente a situação orçamental ~~em da~~ em da Espanha. De acordo com a atualização das previsões da primavera de 2012 dos serviços da Comissão, o défice das administrações públicas foi projetado em 6,3% do PIB em 2012, relativamente a um défice previsto de 5,3% do PIB no programa de estabilidade de 2012 e no projeto de lei orçamental de 2012. A dívida pública bruta subiu para 68,5% do PIB em 2011, e, de acordo com a atualização das previsões da primavera de 2012 efetuada pelos serviços da Comissão, prevê-se que aumente para 80,9% do PIB em 2012 e para 86,8% em 2013, com base no pressuposto de políticas inalteradas, excedendo assim o valor de referência do Tratado em todos os anos. Os riscos associados ao cenário macroeconómico e aos objetivos orçamentais, bem como às medidas adicionais de salvamento financeiro, poderão contribuir para aumentar ainda mais a dívida pública. Tendo em conta estes desenvolvimentos, em 10 de julho de 2012, o Conselho ~~solicitou~~ dirigiu uma recomendação ~~dirigida~~ dirigida à Espanha, ao abrigo do artigo 126.º, n.º 7, do TFUE, para pôr fim à atual situação de défice excessivo até 2014.

financeiras. A assistência prestada está sujeita a condicionalidades específicas do setor financeiro. Estas condicionalidades devem ser plenamente coerentes com as medidas de coordenação adotadas no âmbito dos Tratados da UE, em especial as que estão previstas na presente decisão.

- (9) ~~Aumentar~~Reforçar a resiliência a longo prazo do setor bancário espanhol a longo prazo é fundamental para preservar a estabilidade financeira em Espanha e limitar o contágio da tensão financeira a outras economias da área do euro e, por conseguinte, para se evitarem efeitos negativos para o bom funcionamento da economia e da união económica e monetária. As medidas tomadas até agora para resolver estes problemas não foram suficientes. Por conseguinte, são necessárias outras medidas que se acrescentarão à ~~além das~~ obrigações de Espanha nos termos do procedimento relativo aos défices excessivos e às recomendações destinadas a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos que lhe foram dirigidas no âmbito do Semestre Europeu. ~~PEM~~ particularmente, a Espanha deverá aplicar medidas adicionais específicas para ~~abordar~~ resolver de forma eficaz o problema dos ativos herdados da bolha nos setores imobiliário e da construção ~~históricos~~, restabelecer ~~e~~ recuperar os financiamentos ~~pelos~~ de mercados, reduzir a dependência dos bancos relativamente à liquidez concedida pelo banco central e reforçar os mecanismos de identificação de riscos e ~~os mecanismos de~~ gestão de crises.
- (10) Como parte da estratégia global, é essencial abordar de forma eficaz o problema dos ativos ~~históricos~~ herdados, exigindo, para os bancos objeto de assistência, uma separação clara ~~dos entre os seus~~ ativos problemáticos ~~dos bancos beneficiários e dos seus~~ balanços ~~dos bancos~~. Isto deve aplicar-se, particularmente a empréstimos relacionados com a ~~secretaria geral do desenvolvimento~~ promoção imobiliária e com os bens penhorados na sequência de incumprimentos ~~ativos~~ excluídos. Esta separação permitiria eliminar as dúvidas relativamente à qualidade do balanço dos bancos, a fim de ~~les~~ permitir desempenhar melhor a sua função de intermediação financeira.
- (11) Além disso, melhorar assim a transparência dos balanços dos bancos ~~deste modo~~ pode facilitar o ~~processo de~~ redução ordenada ~~dos~~ riscos ~~de~~ sua exposição ~~de~~ baseado ~~no~~ mercado e reduzir a dependência dos bancos relativamente à liquidez concedida pelo banco central.
- (12) ~~Para se assegurar~~ Assegurar um ~~contexto quadro sólido~~ forte para o setor bancário espanhol é ~~necessário~~ exige que se reforcem melhorem os mecanismos de identificação ~~de~~ de riscos e ~~os mecanismos de~~ gestão de crises. Uma estratégia eficaz deve incluir alterações que tenham em vista o reforço do quadro regulamentar e de supervisão, tendo em conta as experiências da crise financeira. Além disso, a governação das empresas deve ser reforçada em conformidade com as melhores práticas internacionais,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

1. A Espanha deverá recapitalizar de forma adequada e reestruturar exaustivamente o seu sistema bancário. A este respeito, a Espanha deve desenvolver, em coordenação com a Comissão e em concertação com consultando o BCE, uma estratégia para a futura estrutura, funcionamento e viabilidade dos bancos espanhóis que permita identificar o modo de assegurar que estes são capazes de funcionar sem o apoio do Estado.

EN

EN

2. As principais componentes da estratégia serão ~~o saneamento~~ a reforma dos segmentos débeis do setor financeiro espanhol e um reforço dos quadros de regulamentação e de supervisão para o setor bancário.
3. ~~○ A reforma~~ saneamento dos segmentos débeis do setor financeiro espanhol será composto pelos seguintes três elementos:
 - a) identificação das necessidades de capital individuais de cada banco, através de uma análise exaustiva da qualidade dos ativos do setor bancário e um teste de esforço em cada banco, com base nessa análise;
 - b) recapitalização, reestruturação e/ou resolução ~~de forma ordenada~~ de bancos mais vulneráveis, com base em planos para corrigir eventuais défices de capital identificados no teste de esforço;
 - c) segregação de ativos em bancos que beneficiam de apoio público no seu esforço de recapitalização e transferência dos seus ativos depreciados para uma sociedade externa de gestão de ativos.
4. A fim de assegurar ~~um contexto sólido para~~ dotar o setor bancário de um quadro sólido, a Espanha deve também reforçar os quadros de regulamentação e de supervisão, bem como reforçar a governança. A estratégia deve, nomeadamente, incluir as seguintes medidas:
 - a) As instituições de crédito espanholas devem ser obrigadas a melhorar o seu rácio de ~~fundo próprio ordinário de nível~~ Tier 1 para, pelo menos, 9%;
 - b) A partir de 1 de janeiro de 2013, as instituições de crédito espanholas devem ser obrigadas a aplicar a definição de capital ~~estabelecido~~ inscrita no Regulamento Requisitos de Fundos Próprios;
 - c) O enquadramento jurídico em matéria de ~~para~~ provisões para crédito mal parado será reavaliado. Em especial, na sequência da experiência da crise financeira, as autoridades espanholas devem apresentar propostas para ~~renovar~~ reformular o quadro permanente de provisões para crédito mal parado, tendo em conta as medidas temporárias introduzidas durante os últimos meses, bem como o quadro contabilístico da UE;
 - d) A independência operacional do Banco de Espanha deve ser reforçada; os poderes de aplicação de sanções e de concessão de licenças do Ministério da Economia no que diz respeito ao setor bancário devem ser transferidos para o Banco de Espanha;
 - e) Os procedimentos de supervisão do Banco de Espanha devem ser reforçados com base numa auditoria interna;
 - f) As disposições de governação das agências de segurança financeira (FROB e FGD) devem ser revistas a fim de evitar potenciais conflitos de interesses;
 - g) As regras de governação do setor das caixas de poupanças de ~~bancos e~~ e dos bancos detidos pelas caixas ~~de~~ bancos de poupança devem ser reforçadas;
 - h) A legislação em matéria de proteção dos consumidores, ~~a legislação no domínio dos~~ valores mobiliários e o controlo do cumprimento por parte das autoridades, devem ser reforçados.

Artigo 2.º

EN

EN



EUROPEAN COMMISSION
DIRECTORATE-GENERAL FOR MARITIME AFFAIRS AND FISHERIES

Brussels,
MARE / ARES (2012)

Subject: Article 26.3 of the EU IUU Regulation - Information on vessels engaged in repetitive IUU activities

Dear Mr ,

Following the request from the Commission of 15.06.2011 (ARES 639232) to provide information on all presumed IUU fishing activities having taken place in your waters carried out by fishing vessels flying your flag in 2010 and 2011 your services have provided the Commission with a list of such infringements (your correspondence of 30.06.2011).

The Commission has carried out a detailed analysis of the information received and within the scope of the Article 26.3 of Regulation (EC) No 1005/2008 (the IUU Regulation) it has detected several cases of repetitive IUU fishing activities carried out by the same vessel. The IUU fishing activities carried out by such vessels fall under the definition of a serious infringement in line with Articles 3 (2) and 42 of the IUU Regulation. A list of the vessels involved in repetitive IUU activities is enclosed to this letter.

The Commission finds that the sanctions taken by the flag State against the vessels having repeatedly committed the same IUU infringements were not proportionate, dissuasive and effective, and therefore not fulfilling the provisions of the Control Regulation (Regulation No 1224/2009).

According to Article 90 (2) of the Control Regulation "*Member States shall ensure that a natural person having committed or a legal person held liable for a serious infringement is punishable by effective, proportionate and dissuasive administrative sanctions, in accordance with the range of sanctions and measures provided for in Chapter IX of Regulation (EC) No 1005/2008.*". According to Article 90 (5) of the Control Regulation the Member States may also, or alternatively, use effective, proportionate and dissuasive criminal sanctions. Nevertheless, sanctions described in Article 90 of the Control Regulation can still be accompanied by other sanctions or measures, in particular those described in Article 45 of the IUU Regulation.

In this vein, the sanctions taken by Spain towards the vessels which have been repetitively involved in IUU activities cannot be seen as meeting the criteria of the Control Regulation. At the same time, these sanctions are not meeting the criteria of

Article 27 (8) of the IUU Regulation. These vessels may therefore be included in the EU IUU vessel list.

In order to carry out an in-depth analysis of those cases in line with Article 26 (3) (b) of the IUU Regulation I request the following:

- to provide the Commission with detailed information regarding the IUU activities committed by these vessels
- to share the results of the investigation carried out by the Member State toward these vessels
- to provide the Commission with the infringement report
- to inform the Commission of the totality of the catch related to the infringement
- to inform the Commission of the sanctions imposed on these vessels
- to provide the Commission with the legal provisions regulating the system of sanctions in the Member State as well as with the background as to the type of the sanction imposed.

The Commission would like to receive the abovementioned information **within one month from the date of this letter**.

Should the Commission receive no information within this time, it will launch the procedure of listing the vessels on the EU IUU vessel list, in accordance with Article 27 of the IUU Regulation.

Yours sincerely,

SIGNATURE

Encl: Annex I

cc. *Permanent Representation of the flag State*
Management, IUU team
Relevant units and external services



COMISSÃO EUROPEIA
DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E DAS PESCAS

Bruxelas,
MARE/ares (2012)

Assunto: Artigo 26.º, n.º 3 do Regulamento INN da UE - informações sobre os navios que exercem repetidamente atividades INN

Senhor Embaixador,

Em resposta ao pedido da Comissão de 15.06.2011 (ARES 639232), de prestação de informações sobre quaisquer atividades de pesca INN realizadas nas águas portuguesas por navios de pesca que arvoram o pavilhão de Portugal em 2010 e 2011, os V/ serviços forneceram à Comissão uma lista das infrações (V/ correspondência de 30.06.2011).

A Comissão levou a cabo uma análise pormenorizada das informações recebidas e, no âmbito da aplicação do artigo 26.º, n.º3, do Regulamento (CE) n.º 1005/2008 (Regulamento INN), detetou vários casos de atividades de pesca INN exercidas repetidamente pelo mesmo navio. As atividades de pesca INN exercidas por esses navios são abrangidas pela definição de infração grave, em conformidade com os artigos 3.º, n.º 2, e 42.º do Regulamento INN. Envia-se em anexo à presente carta uma lista dos navios que exercem repetidamente atividades INN.

A Comissão considera que as sanções aplicadas por Portugal contra os navios que têm cometido as mesmas infrações INN repetidamente não foram proporcionadas, dissuasoras e eficazes, e, por conseguinte, não cumprem o disposto no Regulamento de Controlo (Regulamento n.º 1224/2009).

Nos termos do artigo 90.º, n.º 2, do Regulamento de Controlo, «os Estados-Membros asseguram que as pessoas singulares que tenham cometido uma infração grave ou as pessoas coletivas reconhecidas responsáveis por uma infração grave sejam punidas com sanções administrativas efetivas, proporcionadas e dissuasoras, em conformidade com as diversas sanções e medidas previstas no capítulo IX do Regulamento (CE) n.º 1005/2008.». Em conformidade com o artigo 90.º, n.º 5, do Regulamento de Controlo, os Estados-Membros podem igualmente, ou alternativamente, utilizar sanções penais eficazes, proporcionadas e dissuasoras. No entanto, as sanções descritas no artigo 90.º do Regulamento de Controlo podem ainda ser acompanhadas de outras sanções ou medidas, nomeadamente as descritas no artigo 45.º do Regulamento INN.

Neste sentido, não se pode considerar que as sanções adotadas por Portugal contra os navios que têm estado repetidamente implicados em atividades INN satisfazem os critérios do Regulamento de Controlo. Além disso, estas sanções também não satisfazem

Commission européenne/Europese Commissie/Comissão Europeia, 1049 BRUXELLES/Brussel, BELGIQUE/BELGIË/BÉLGICA -
Tel.: +32 22991111
Office/Gabinete: J-99 05/14 - Tel., linha direct-linha: +32 229-65029

os critérios do artigo 27.º, n.º 8, do Regulamento INN. Estes navios podem, por conseguinte, ser incluídos na lista de navios INN da UE.

Para efetuar uma análise aprofundada dos casos em conformidade com o artigo 26.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento INN, solicito que os V/ serviços:

- forneçam à Comissão informações pormenorizadas sobre as atividades INN exercidas por esses navios;
- partilhem os resultados do inquérito efetuado por Portugal relativamente a esses navios;
- forneçam à Comissão os relatórios de infração;
- informem a Comissão da totalidade das capturas relacionadas com as infrações;
- informem a Comissão das sanções impostas a esses navios;
- forneçam à Comissão as disposições legais que regulam o sistema de sanções em Portugal, bem como informações sobre o tipo de sanção imposta.

A Comissão gostaria de receber as informações acima referidas **no prazo de um mês a contar da data do presente ofício.**

Caso não receba informações neste prazo, a Comissão iniciará o processo de inclusão desses navios na lista de navios INN da UE, em conformidade com o artigo 27.º do Regulamento INN.

Com os melhores cumprimentos,

ASSINATURA

Anexos: Anexo I

cc. *Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia*
Gestão, equipa de INN
Unidades competentes e serviços externos